



# Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1983  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer,  
secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e  
Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes  
Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner  
Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato,  
Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton  
Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli,  
Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso,  
Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin,  
Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy  
Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior,  
Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho,  
Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert,  
Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz  
Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara,  
Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mondruel, Orlando  
Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles  
Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno,  
Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio  
Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson  
Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente  
declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de  
Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão  
anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

MENSAGEM Nº 68/83

Curitiba, 21 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os  
fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de  
Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado  
do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os  
Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação  
conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL  
PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS  
INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE  
SAFRAS - PROSAFRAS, no exercício de 1983.

MUNICÍPIO	data da celebração
Bom Sucesso	06/05/83
Boa Vista da Aparecida	09/05/83

Cornélio Procópio	06/05/83
Cafeara	09/06/83
Campo Mourão	06/05/83
Formosa do Oeste	06/05/83
Ibiporã	09/05/83
Itauna do Sul	09/05/83
Jaguapitã	06/05/83
Jesuítas	09/05/83
Mandaguari	09/05/83
Maria Helena	09/05/83
Nova América da Colina	09/05/83
Peabiru	06/05/83
Quatiguá	06/05/83
Rancho Alegre	09/05/83.
Rolândia	09/05/83.
Santo Antônio da Platina	06/05/83
São Pedro do Ivaí	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à  
apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto  
dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa  
colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação,  
reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço  
e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM Nº 69/83

Curitiba, 21 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os  
fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva  
autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de Capital  
da Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR, mediante  
integralização pela incorporação do imóvel de propriedade  
do Estado, situado à avenida Konrad Adenauer, no Bairro do  
Tarumã, desta Capital, com área e demais características que  
especifica.

A medida ora submetida essa augusta Assembléia  
Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da  
Administração, uma vez que o imóvel em causa, deverá,  
conforme disposição expressamente contida no texto do  
anteprojeto de lei, ser utilizado pela MINEROPAR na construção  
de um depósito e demais dependências necessárias ao  
desenvolvimento das atividades daquela Empresa.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda  
Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a  
Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta  
consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, autorizado a subscrever um  
aumento de capital da Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR,  
mediante a integralização pela incorporação do imóvel de propriedade

DO ESTADO DO PARANÁ, situado à avenida Konrad Adenauer, Tarumã, nesta Capital, com as seguintes características: terreno de forma retangular, sem benfeitorias, constituído pelo lote "O-3", sub-divisão do lote "O", parte do bloco B, da planta Santo Antônio do Tarumã, com 40,0 m de frente para a Avenida Konrad Adenauer, por 100,0 m de fundos, com área de 4.000,00 m<sup>2</sup>, adquirido conforme transcrição n.º 12.326, L-3H, de 07.06.57, no Cartório do Registro de Imóveis 2.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da presente Lei, destina-se a construção, pela MINEROPAR, de um depósito e demais dependências.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM Nº 70/83

Curitiba, 21 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar o lote n.º 7, da quadra n.º 18, de propriedade do Estado, pelo lote n.º 1 e parte do lote n.º 2, da quadra n.º 21, de propriedade do Senhor Frederico Gracite, ambos situados na cidade de Iguaçu e com as demais características que especifica.

A permuta cuja autorização para efetivação constitui objeto do Plano de Lei ora submetido a exame dessa augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, fazendo-se oportuna e necessária a fim de regularizar a situação do prédio construído pela Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, para sediar a Agência Estadual de Rendas no Município de Iguaçu.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o lote n.º 07, da quadra n.º 18, com 437,50 m<sup>2</sup>, situado na cidade de Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da Matrícula 2.746, de 03/12/80, do Cartório de Registro de Imóveis, 2.º Ofício, da Comarca de Astorga, pelo lote n.º 01, e parte do lote n.º 02, da quadra n.º 021, com 540,00 m<sup>2</sup>, situados na mesma cidade, de propriedade do Sr. Frederico Gracite, objeto das Matrículas 1.492 e 1.493, de 15/09/81, do referido Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único — A permuta de imóveis de que trata este artigo, será efetuada independente de avaliação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM Nº 71/83

Curitiba, 21 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação e Compromisso celebrado em 31 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Andirá, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa

Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### MENSAGEM Nº 72/83

Curitiba, 21 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação e Compromisso celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Ampére, Araruna, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barracão, Califórnia, Capitão Leônidas Marques, Congonhinhas, Fênix, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Icaraíma, Jardim Alegre e Jataizinho, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital do ex-servidor deste Poder Legislativo, João André Clele.

Tal passamento vem consternar a classe funcional desta Casa, onde aquele servidor prestou por longos anos inestimáveis serviços junto à administração colaborando de maneira exemplar, sem nunca desmerecer o alto conceito que por servidores e Deputados lhe era atribuído.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) ANTONIO ANIBELLI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do companheiro peemedebista, Manoel Jacinto Correa, ocorrido em 28 de junho de 1983, na cidade de Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoio: Fiori Luiz.

JUSTIFICATIVA — Feita em plenário.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento em 24 de junho de 1983, do Sr. Arioaldo Lustosa, figura de destaque da sociedade de Clevelândia.

Com o falecimento aos setenta anos de idade, de Arioaldo Lustosa, perde Clevelândia uma de suas figuras mais tradicionais. Fazendeiro, homem probo e trabalhador e com uma

formação eminentemente cristã, deixa entre seus parentes e amigos uma lacuna difícil de preencher.

À Dona Flora Lustosa, sua esposa e companheira de tantas lutas e a seus filhos Everaldo Pacheco Lustosa, advogado, pecuarista e político de destaque, e Leonardo Pacheco Lustosa, Juiz de Direito em Curitiba, solicitamos que esta Casa oficie, manifestando as suas condolências.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações pela passagem, em data de hoje, do "Dia da Telefonista".

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Associação da Telefonista do Paraná, através de sua Presidenta Senhorita Zoraide Dias.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o Sr. ALDO LÚCIO BERTOLDI pela sua eleição como Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e Acessórios para Veículos no Estado do Paraná.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria eleita, bem como ao Sr. João Kracik Neto, pela sua brilhante gestão à frente do referido Sindicato até a presente data.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações com o Sr. DOUGLAS HORN BORCATH pela sua eleição como Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado do Paraná.

Requeiro, outrossim, seja extensivo o referido voto aos demais membros que compõem a sua Diretoria, bem como ao Sr. WALDOMIRO PERINI pela sua brilhante atuação à frente do Sindicato até a presente data. Da decisão da Casa, solicito seja dado ciência ao Sr. General Adalberto Massa, Md. Delegado Regional do Trabalho e ao Sr. Egídio Pereira, DD. Presidente da Federação do Comércio.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1983.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Doutor Frank Silva e Senhora Rosey Raquel Silva, Diretores do Jornal "DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", enviando votos de congratulações deste Poder Legislativo à Diretoria e Equipe daquele jornal por ocasião da passagem de mais um aniversário do citado órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(aa) TADEU FRANÇA  
FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Mais um ano de atividades jornalísticas comemora "O Diário do Norte do Paraná", órgão de imprensa regional, com

sede em Maringá.

Com circulação em vasta região do Estado, e mesmo em outros Estados do Brasil, "O Diário do Norte do Paraná" vem-se impondo como um meio de comunicação sério e de bastante prestígio no Norte do Estado do Paraná.

Daí a razão deste nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de congratulações às Telefonistas Paranaenses, pela passagem da data comemorativa desta categoria profissional, neste dia 29 de junho, com cópia para o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Hoje, 29 de junho, comemora-se o Dia da Telefonista, esta que é uma das peças mais importantes no bom funcionamento de toda e qualquer empresa, seja ela pública ou privada ficando sempre, apesar de sua importância, no mais profundo anonimato.

Não poderíamos deixar de dirigir algumas palavras a esta categoria profissional, que vem, como a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, arcando com o pesado ônus da incompetência do regime há longos anos assentado neste País.

A essas profissionais que permanecendo anônimas atrás de seus instrumentos de trabalho, têm a incumbência de transmitir uma boa imagem da empresa para a qual trabalham, sem que isso corresponda a verdade em alguns casos, nossas congratulações, e principalmente, nossa solidariedade pela passagem do "Dia da Telefonista".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de louvor à patriótica iniciativa do Deputado Federal JOSÉ DE ALENCAR FURTADO de propor a constituição da FRENTE NACIONALISTA.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da criação da Frente Nacionalista, que reunirá políticos e personalidades de todos os partidos, será constituída com uma clara plataforma de atuação, no qual destaca-se a firme defesa da soberania nacional, em especial na área econômica, através do combate à política de submissão aos interesses estrangeiros, representada pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional, que segundo Alencar Furtado deve ser denunciado. A proposta de manifesto da Frente Nacionalista defende ainda a revisão de lei de remessa de lucros para o estrangeiro, a revisão do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental e a estatização dos bancos. Deve-se ressaltar, também a proposição da moratória da dívida externa em condições aceitáveis pela economia nacional e a eleição direta para Presidente da República, todas estas medidas, exigidas no dia a dia pela nossa população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando a inclusão do Município de Guaraqueçaba entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando a inclusão do Município de Tuneiras do Oeste entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a destinação de recursos ao Município de São Jorge do Patrocínio, para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes.

Esta medida se faz urgente e necessária tendo em vista não haver condições de trânsito de veículos, e, conseqüentemente escoamento da safra agrícola pela destruição de pontes e estradas.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Senhora Gilda Polí Rocha Leres, Secretária de Estado da Educação, solicitando a estadualização das escolas de primeiro grau, JOAQUIM NABUCO, localizada no Distrito de Dom Armando, OLAVO BILAC, localizada no Distrito de Portão Ocoy e a Escola de Segundo grau, da CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC, localizada na sede, todas no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

Atendendo a solicitação do Poder Legislativo Municipal, por unanimidade de seus Pares, conforme ofício recebido daquela Casa de Leis, e também, por fotocópia do Requerimento nº 17/83, onde os nobres Edis fazem a solicitação, e como principal justificativa, dão a necessidade urgente de se aliviar o município dos pais dos alunos dos encargos financeiros.

Lembrando ainda, que sendo Missal um dos municípios instalados em fevereiro deste ano, que os recursos disponíveis são escassos, e que existe somente uma Escola Estadual em todo o Município, em todos os níveis de Ensino, e ainda, grande parte dos professores que estão lecionando, são pagos pelo Poder Público Municipal.

Espero que diante dos fatos, o presente expediente, mereça o apoio dos nobres Parlamentares, na sua aprovação.

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Erasmo Garanhão - Secretário de Estado das Finanças, solicitando o reestudo e fixando novos critérios para cálculo do índice de Participação dos Municípios instalados neste exercício, para o ano de 1984.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

Considerando, que para efeito de cálculo dos Índices de Participação dos Municípios instalados em 1.º de fevereiro do exercício em curso, foi utilizado o critério de participação da área, no Município de origem.

Considerando, que três Municípios novos foram diretamente prejudicados, Missal, Santa Terezinha e Vera Cruz do Oeste, pelos municípios de origem, terem grande parte de sua área dentro do Parque Nacional do Iguaçu, e também, parte desapropriada pela Itaipu, conseqüentemente, estas áreas são improdutivas.

Considerando, que estamos fixando um índice econômico, e o critério utilizado não reflete a real potencialidade econômica dos municípios novos, e conseqüentemente, beneficiando uns e prejudicando outros, é que novos critérios, mais diretamente ligados à economia, devam ser adotados.

Diante destes fatos, contamos com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação deste expediente.

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cordoni Jr., Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de Posto de Saúde para o Distrito de Porto Mendes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Porto Mendes, Município de Marechal Cândido Rondon, localizado à beira do lago de Itaipu, beneficiado com várias obras de infra-estrutura, lazer e dentre outras, a construção de um porto fluvial, para escoamento, através do Rio Paraná, da produção do Município e parte da região, está se desenvolvendo rapidamente e, para tanto, se faz necessário o aparelhamento de um órgão de saúde pública.

Como participação municipal neste projeto, é que o Poder Público local construiu modernas instalações para o funcionamento do Posto de Saúde, cabendo ao Estado, somente o aparelhamento, ou seja, a instalação, para que a comunidade de Porto Mendes, possa usufruir deste benefício, principalmente, como medicina preventiva.

Contamos com o apoio dos nobres Parlamentares, para a aprovação deste expediente.

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que tome medidas urgentes no sentido de providenciar reparos na Escola Gabriel de Lara, no Município de Matinhos, onde até a segurança pessoal das crianças e professoras, corre riscos. Esta situação já foi até objeto de reportagens de televisão.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

# R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente,

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cordoni Jr., Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a construção e instalação de Posto de Saúde no Distrito de Entre Rios, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) WERNER WANDERER

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando-se a solicitação feita pela egrégia Casa de Leis do Município de Marechal Cândido Rondon, conforme fotocópia do ofício que anexamos.

Somos sabedores, que o Distrito de Entre Rios, é o mais distante da sede do município, também, é o que possui os mais difíceis acessos, e sabemos também que esta comunidade é carente deste serviço de saúde preventiva.

Somos também sabedores de que a população de Entre Rios, faz juz a esse benefício, pois é uma comunidade próspera e lutadora por seus ideais.

Diante dos fatos, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares, na aprovação deste.

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos da possibilidade de asfaltamento das rodovias que ligam Itambé a Marialva e Itambé a Mandaguari.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O asfaltamento das rodovias que ligam Itambé a Marialva e Itambé a Mandaguari é uma reivindicação antiga dos munícipes daquelas três importantes cidades paranaenses.

Justifica-se tal solicitação, principalmente, por ser essas rodovias meios de escoamento da safra agrícola daquela região, e o asfaltamento das mesmas ensejará maior facilidade no transporte dos produtos agrícolas da região.

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se encaminhe ao Governador do Estado, apelo no sentido de que o Poder Executivo, através da sub-chefia de Comunicação Social, promova intensa campanha, através, principalmente de "out-doors" espalhados pelas principais cidades do Estado, a favor de eleições diretas para Presidente da República.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Plenário, seja enviado ao Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, Professor Oswaldo Arns, manifestando a preocupação dos Deputados que compõem esta Casa de Leis, com as recentes medidas tomadas pela Administração daquela instituição em especial a Resolução 01/83, que legitima a violação dos mais elementares direitos de manifestação, expressão e organização dos acadêmicos da Universidade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA

**JUSTIFICATIVA:**

Os universitários da Universidade Católica do Paraná, estão em luta pela extinção do pagamento semestral à vista., luta esta já apoiada da tribuna desta Casa por inúmeros parlamentares e, surpreendentemente, constatamos que a Administração daquela Universidade adotou medidas de há muito já repudiadas por todos os segmentos democráticos de nossa sociedade, e, em vez de procurar o diálogo, passou a exercer medidas de pressão, que se consubstanciaram na Resolução 01/83, na qual proíbe-se qualquer pronunciamento

em sala de aula que não se relacione estritamente com a disciplina apresentada entre outras medidas numa clara tentativa de voltar às negras épocas do 477 e 228, e pior ainda, transforma o corpo docente da Universidade em Agentes de Informação encarregados de zelar pelo cumprimento da autoritária Resolução.

E ainda mais, todos os cartazes utilizados pelos acadêmicos e pelo Diretório Central dos Estudantes para efeito de divulgação de suas atividades foram arrancados por funcionários da instituição, alegando ordens superiores e tenta-se criar um clima de medo entre os estudantes, pressionando-se os que possuem bolsas de trabalho para que não apoiem o movimento de boicote e ameaçando os demais de perderem suas vagas, caso não façam o pagamento na forma e no momento exigido pela Universidade. Este tipo de procedimento consideramos inaceitável neste momento em que todo o País luta por sua efetiva democratização, na qual se pressupõe o diálogo como o legítimo canal de resolução dos problemas, e não atos de pressão e violência em pleno interior de uma Universidade.

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Pedido de Informações à Secretaria da Agricultura, para que, através do ITC, informe como vem se processando o controle, através de seus fiscais, da pesca e caça no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO

**R E Q U E R I M E N T O**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, a respeito do estudo de viabilidade técnica e econômica do trecho da estrada UMUARAMA-HERCULÂNDIA - VIA SERRA DOS DOURADOS-IVATÉ, devendo aquela Secretaria se pronunciar, ainda, se essa importante estrada consta no programa de Obras Rodoviárias do atual Governo.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1983.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

**JUSTIFICATIVA:**

A região de Umuarama é uma das que mais tem contribuído com o Estado na arrecadação de recursos para o Tesouro do Estado, através de sua expressiva produção, e mais tem colaborado para a fixação do homem à terra evitando o êxodo rural, com a manutenção de cafezais em muitos locais que propiciam maior número de empregos que outros tipos de cultura. A região também tem uma pecuária consolidada com o envio de gado para abate em outras regiões e como uma produção leiteira de vulto que abastece também o Sul de São Paulo. Essas referências e a necessidade de uma malha rodoviária compatível com as necessidades regionais, pelo muito que contribui ao Paraná, nos motiva a fazer o pedido de informações à Secretaria de Transportes, por ser de interesse de toda uma comunidade paranaense que tem dado um grande esforço na consolidação do progresso estadual.

O Governo tem elaborado projeto para a ligação de Umuarama a Herculândia, numa extensão de 75 quilômetros, via Serra dos Dourados-Ivaté, completando a implantação da rodovia Ivaté-Douradina-Nova Olímpia. A justificativa é que existe um projeto para a estrada Pontal do Tigre que ligaria Umuarama, Serra dos Dourados, Santa Elisa, Icaraíma, rodovia esta que devido a construção da represa de Ilha Grande já está fora dos propósitos do Governo Federal. A ligação com Icaraíma, Vila Alta, Casa Branca, Xambrê, Umuarama prejudicou o último município com o isolamento dos Distritos de Nova

Jerusalém e Roberto Silveira. Prejuízo que Umuarama também teve como teve a rodovia Mariluz, Moreira Salles, e Cruzeiro do Oeste. Também a ligação Assis Chateaubriand, Brasilândia, Alto Piquiri (sete quilômetros de acesso), Patrimônio do Cedro, além de prejudicar Umuarama, isolou o Distrito de Saltinho do Oeste, tornando inclusive muito mais oneroso o percurso. Também não podemos esquecer a ligação Ivatê-Douradina-Nova Olímpia que distanciou por demais a sede municipal do Distrito.

Essas razões que nos fazem tomar a iniciativa de um pedido de informações pro traduzir as legítimas reivindicações regionais e a necessidade de um esclarecimento que visa única e exclusivamente dar satisfação a uma importante parte da população paranaense que contribuir com o Estado e deve ser ouvida e atendida nas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

Antes porém, esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. Euclides Barrionuevo, Vereador de Colombo.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registramos da tribuna da Assembléia, o falecimento ocorrido ontem, em Londrina, do Sr. Manoel Jacinto Correa. Nesta ocasião, encaminhamos o requerimento de voto de pesar, e aproveitamos a oportunidade para fazer o registro, nos Anais da Casa, sobre a luta do “Velho Mané”, como é conhecido em todo o Norte do Paraná. (Lê):

“No espaço de exato de trinta dias o Paraná, perdeu dois expoentes da causa democrática, pois há exatamente um mês atrás nos despedíamos de Zizimo de Carvalho e hoje, 29 de junho Londrina estará sepultando Manoel Jacinto Correa, grande companheiro peemedebista e exemplo de quem jamais se curvou ante o jugo do opressor.

Ainda recentemente, no dia 24/05/83, o Jornal “Folha de Londrina” fechou a série de reportagens intitulada “Repressão” com uma síntese biográfica do Velho Mané, dando oportunidade a que os paranaenses, principalmente os mais jovens, tomassem conhecimento dos sofrimentos porque passou esse batalhador incansável que hoje, infelizmente se despede de nós sem que o seu querido Brasil tivesse readquirido suas plenas liberdades democráticas.

Migrante nordestino. Fixou-se no Norte do Paraná, Londrina, na década de 40. Operário da construção civil. Foi líder da categoria um dos fundadores do sindicato dessa categoria em Londrina. Como líder operário, deu grande contribuição para a organização dos trabalhadores da região. Com a redemocratização (1945), eleito vereador, pela legenda do PTB. Como vereador, continuou seu trabalho de organização dos trabalhadores, inclusive trabalhadores rurais, posseiros e pequenos proprietários agrícolas. Nos fins da década de 40, início da de 50, a região vivia graves conflitos de terras. Posseiros, pequenos proprietários, há anos estabelecidos na região, passaram a ter suas terras cobçadas por grileiros, fazendeiros etc.. Sempre ao lado dos explorados, Manoel Jacinto lançou-se com decisão na defesa dos posseiros. Na região de Porecatu, dá-se o mais grave desses conflitos (1949/51), com os posseiros pegando em armas para defender suas terras. Jagunços de várias partes do País, conhecidos pela truculência e com grande experiência do desalojamento de posseiros foram contratados pelos fazendeiros. Forças policiais do Estado também foram enviadas à região. O conflito armado foi inevitável, pois os posseiros não arredavam o pé da decisão de defender seus direitos. Várias mortes, de ambos os lados e uma solução parcial, para o problema, embora os fazendeiros tenham levado a melhor. Manoel Jacinto, quando os posseiros decidiram por eles mesmos que iriam defender

o que era deles de armas nas mãos, não recuou, ficou ao lado dos posseiros, protestando toda sorte de ajuda. Colocou seu mandato de vereador, sua segurança pessoal a serviço da causa dos explorados, não temendo as represálias. Findo o conflito, foi obrigado a refugiar-se no interior de São Paulo, prosseguindo a luta em favor dos explorados.

Preso inúmeras vezes. Torturado. Diversos anos de vida clandestina, sofrendo toda sorte de privações. Como resultado dos meses que passou no mato em Porecatu, em precárias condições de sobrevivência, foi acometido de um problema pulmonar, que o incomodou pelo resto da vida. Todas as privações, as condições de vida na clandestinidade, as prisões debilitaram grandemente seu organismo. Mesmo assim, nunca esmoreceu, continuando sempre na luta.

Como militante político, trabalhou em boa parte do interior do Estado, organizando sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, dando cursos, orientando, aconselhando e dirigindo lutas. Foram quase 40 anos de militância. Além do Paraná, atuou também no interior de São Paulo, fazendo o mesmo trabalho de politização, de organização e mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo.

Há de se destacar também sua intensa participação em campanhas nacionalistas, como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

A reforma agrária, dado seu intenso contato com o campo, foi também sempre uma de suas principais bandeiras de luta. A liberdade e autonomia sindicais, como sindicalista e organizador de inúmeros sindicatos que foi, constituía-se em outra de suas constantes pregações.

Nacionalista consciente, manteve ao longo de quase quatro décadas de militância, intensa campanha em defesa dos interesses brasileiros, contra a entrega de nossas riquezas aos monopólios internacionais.

Nos últimos anos, dedicava atenção especial à juventude militante, pois considerava que sobre os ombros da juventude cairia a responsabilidade de boa parte das tarefas de construção de um novo país.

Desnecessário se torna, agora, acrescentar elogios a Manoel Jacinto, por isso fechamos essas poucas linhas com as palavras do próprio velho Mané, conforme transcrevemos do título da reportagem anteriormente citada: “VELHO MANÉ — Dez anos de clandestinidade, 18 prisões. Manoel Jacinto foi o próprio exemplo de resistência à repressão: Podiam me quebrar o corpo todo, mas eu sairia dali como homem.”

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do Prefeito de São Tomé, Arlindo Cabreira Sá, e do Prefeito Sr. Arlindo Mazzoni.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

“A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Estado de São Paulo está publicando matéria nos principais jornais do País, denunciando mais um crime de lesa-pátria que está sendo cometido neste exato momento em que se mobilizam em nosso país todas as forças sociais e políticas, para encontrar alternativas para a grave crise de recessão econômica e de desemprego que atualmente atravessamos.

O Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica, projetado por uma Comissão Interministerial, que propõe algumas medidas concretas para enfrentar as repercussões da crise neste setor da indústria, como defender e ampliar a tecnologia e o parque industrial nacionais, está sendo alvo de inaceitáveis e violentas pressões internas e externas.

A ABIFARMA - Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica — entidade em que predominam os interesses das multinacionais e das Câmaras de Comércio dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, num acintoso ato de ingerência nos assuntos de interesse nacional, está enviando telegramas — entre outros expedientes — ao Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica, tentando impedir a aprovação do projeto que visa, em princípio, fortalecer a ainda incipiente setor farmacêutico genuinamente nacional.

Com a justificativa de que o projeto é inconstitucional e altamente discriminador em relação ao capital estrangeiro instalado há décadas no país — com privilégios inconcebíveis, diga-se de passagem — e que, se implantado, segundo a ABIFARMA, pode constituir-se num óbice permanente às relações econômicas internacionais (justificativa que se configura como autêntica advertência a uma nação soberana), o capital multinacional, mais uma vez, está conseguindo manter o triste monopólio que afeta a saúde e os interesses econômicos do povo brasileiro.

A instituição do Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica, uma das raras iniciativas dignas de apoio na esfera federal, que deveria ocorrer esta semana, já foi adiado. E o motivo principal é a falta de apoio dos cinco ministérios responsáveis. Segundo informações de técnicos da área, as autoridades econômicas estão relutantes em excluir, como prevê o projeto original, as empresas estrangeiras deste programa e, por isso, não assinaram a exposição de motivos do decreto que o colocará em execução.

Frise-se que desde o início do ano aguarda-se a assinatura do decreto por parte do Poder Executivo, o que ainda não teria ocorrido porque simplesmente os Ministros Delfim Netto, Ernane Galveas, Camilo Pena, Valdir Arcoverde e Hélio Beltrão, não assinaram a exposição de motivos. Sabe-se, também, que a principal reação parte da SEPLAN, que fez com que o próprio Ministro Camilo Pena que já havia assinado o documento, o negasse em público.

Com o novo adiamento na execução deste programa, mais três serão prejudicados. O primeiro, a liberação de Cr\$ vinte e cinco bilhões de cruzeiros do FINSOCIAL destinados ao aumento da capacidade de compra da CEME - Central de Medicamentos, para que ela possa atender as necessidades dos hospitais públicos. O segundo, a assinatura de vários convênios com institutos de pesquisas, para desenvolvimento da pesquisa da flora medicinal. O terceiro, uma portaria que obriga a impressão nas embalagens dos medicamentos, do nome e do fármaco principal do remédio, permitindo que o consumidor opte entre vários medicamentos com o mesmo agente ativo.

Assim é o Brasil de hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não o Brasil dos brasileiros, mas o paraíso das multinacionais.

Aí está mais uma evidência do quadro de escala ascendente de falências e concordatas nos últimos tempos, onde as mais atingidas, são as pequenas e médias empresas de capital nacional, empurrando milhares de trabalhadores ao desemprego e à fome, e colocando todos nós como vítimas da espoliação de preços da empresa estrangeira.

O Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica precisa ser aprovado, na sua origem, sem adendos que beneficiem interesses alienígenas.

Lutemos também, de alguma forma, por esse Programa. É questão de proteger a iniciativa e os interesses nacionais. É questão de cuidar da saúde e do bolso de todos os brasileiros. É questão de reafirmação da própria soberania nacional."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Já foi dito por pensadores e educadores que "Sem Cultura e sem valores nunca teremos uma grande Pátria. O Sangue dos heróis, o título de mártires, a poeira gloriosa dos combates que vencemos não bastam para que sejamos um grande povo".

O papel da escola é formar cidadãos, mostrando-lhes os caminhos da decência e da moral. Deve a escola ser um modelo de virtude e retidão.

Cabe à escola abrir espaço para debates democráticos, sem ingerência arbitrária dos órgãos mantenedores.

Lamentavelmente, os princípios que norteiam a decência e a moral administrativa não estão sendo observados pelo atual Prefeito de Fênix, Sr. Cícero Vieira Feitosa, do PDS.

Segundo denúncias da Senhora Maria Aparecida Machado, Diretora do Colégio Santo Inácio de Loyola, da cidade de Fênix, corroboradas pela Senhora Maria das Vitórias Abreu, Inspetora Auxiliar de Ensino daquele município, quatro professoras foram demitidas daquele Colégio e uma da Escola Vila Rica do Espírito Santo, simplesmente por pertencer à agremiação partidária que não a do atual prefeito.

O clima de insatisfação é geral naquela cidade, pois trata-se das melhores professoras daqueles colégios, segundo o conceito dos pais, alunos e diretores. Essas professoras, contratadas pela Prefeitura para lecionar nas referidas escolas, da esfera estadual estão sendo demitidas, sob a falsa premissa de falta de verba.

No entanto, segundo informações do Vereador José Luiz da Costa, Líder da Bancada do PMDB, na Câmara Municipal de Fênix, o Prefeito já está providenciando a substituição das professoras demitidas, por outras que comungam da sua "ideologia".

Houve protestos oriundos de toda a comunidade, inclusive com caravanas de alunos que se dirigiram ao Paço Municipal para protestarem contra os atos de arbitrariedades que estão sendo praticados.

Não se apagou das mentes dos administradores do PDS, a odienda prática do arbítrio e do despotismo. A medida de demitir as professoras: NADIR JOSÉ CORREIA, CELMA DO LAGO SANTIAGO, CREUSA DOS SANTOS e MARIA AMÉLIA SANTIAGO FERREIRA, do Colégio Santo Inácio de Loyola e DIVA SELMA SONTAG, da Escola Vila Rica do Espírito Santo, embora amparada pela legislação trabalhista, é arbitrária, uma vez que se trata de pessoas dignas, honestas e competentes, cuja luta não tem sido outra, senão o bem-estar da classe estudantil daquela comunidade.

Diante desse quadro, quero fazer, desta tribuna, um veemente apelo a Sua Excelência a Secretária de Estado da Educação, no sentido de uma maior fiscalização, para que tais atos não sejam praticados por aqueles que detêm o Poder.

Necessário se torna que quando do repasse das verbas do Estado, para pagamento dos professores contratados pelos municípios, examine-se de tais arbitrariedades como as que aqui denunciemos não estão sendo praticadas pelo interior do nosso Estado.

É necessário que estabeleçamos em nosso Estado a decência administrativa. Mister se faz que os profissionais competentes sejam mantidos, independente de coloração partidária. Mormente na área do ensino, atos arbitrários não podem prejudicar estudantes que buscam no saber uma melhor visão do mundo em que vivemos."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O setor de Segurança Pública do Estado do Paraná, principalmente, no que se refere a Polícia Civil está muito pior, do que se tem comentado e que a imprensa tem escrito, como o



rádio tem falado, e do que a sociedade tem reclamado.

Não por incompetência dos homens que militam na Polícia Civil, porque, a partir do momento em que conheci um pouco do funcionamento deste organismo, passei a dizer que o policial civil, quase em sua maioria, é um autêntico herói, um baluarte a enfrentar diariamente a onda de violência que assola o Estado do Paraná, sem ter a menor condição técnica para defender a sociedade paranaense.

Voltarei em outra oportunidade com um trabalho que pretendo levantar sobre a falta de condição técnica para o policiamento, para a segurança do Estado do Paraná.

Mas, a rigor tenho conhecimento, por exemplo, que algumas delegacias do Estado do Paraná não tem homens, não tem viaturas, não tem gasolina para movimentar a viatura, às vezes quebrada, e não tem, o que é pior, o armamento para enfrentar situações terríveis que se apresentam diante desses policiais.

Um dia desses, estive na Polícia Civil pedindo armamento para uma Delegacia de Polícia do interior do Estado do Paraná, pasmem os Srs., não tem armamentos!

Ora, se não há ferramenta de que maneira o policial irá trabalhar?

Existem delegacias em que as viaturas estão quebradas, com os motores fundidos, a Polícia Civil não tem verbas, não tem recursos para repará-las, a Polícia Civil do Estado do Paraná, não tem armamento pesado e os ladrões, os marginais, os bandidos utilizam-se de armamento pesado para atacar a sociedade e também a polícia.

Em Florai, por exemplo, morreu um dia desses o Delegado de Polícia de Florai, um chefe de família, não pelo fato em si, do choque com os marginais, mas porque os marginais ocupavam uma viatura rápida e bem moderna, o Delegado de Polícia tinha lá um Fuquinho, daqueles bem antigos, os marginais utilizaram armas pesadas, inclusive arrebentaram até paredes de prédios em Florai, e o coitado do policial, do delegado, do guardião da sociedade, ostentava um daqueles revólveres bem antigos e enferrujados que mal sequer pode ser acionado naquela oportunidade.

Estive na Polícia Civil e constatei que o setor de reformas de viaturas tem hoje em torno de 100 viaturas para serem reformadas, e tem a Polícia Civil, um único funileiro, para atender mais de 100 viaturas!

Então, é o caos, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

E por que ocorre isto?

Lamentavelmente, por falta de destinação de verbas para a segurança do Estado do Paraná!

Até aqui este setor, o setor segurança, num plano como se não tivesse importância nenhuma, então nós queremos, nesta oportunidade, e voltaremos ao assunto, já que o nosso tempo agora não nos permite alongar-nos, mas vamos pedir para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ambas as bancadas, movimentem-se em torno desse setor, e o Governador do Estado do Paraná, Sr. José Richa, coloque no orçamento do ano que vem uma verba digna para que os policiais, quer civis, quer militares, possam cumprir a contento o seu difícil papel de combater a criminalidade que está aumentando terrivelmente nos nossos dias!

Do jeito que a coisa está, sem verbas, sem armamentos, sem viatura, sem combustível, com poucos homens, infelizmente, a população do Estado do Paraná é quem continuará a sofrer, a lamentar as terríveis consequências, e o que ocorreu com o chefe de família, Delegado de Florai, lamentavelmente, poderá ocorrer com outros chefes de família, Delegados de Polícia e agentes policiais esparramados por todo este Estado do Paraná.

Que o Governador José Richa olhe com atenção para este setor e que verbas dignas sejam colocadas no orçamento do ano que vem!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, nesta oportunidade, queremos aqui registrar, nos Anais desta Assembléia Legislativa, os nossos agradecimentos à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado pelo apoio que deu à Cianorte, o Município que representamos como Deputado para a criação da extensão da Universidade de Maringá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós jamais poderíamos, nos omitir quando se levanta, no Estado do Paraná, através dos cafeicultores paranaenses, a preocupação com as chuvas que caem em nosso Estado há mais de 40 dias. E hoje, os produtores de café, através das suas reivindicações, digo, através das suas associações reivindicam ao Governo Federal para que se retire o confisco do produto. E nós queremos aqui endossar todo apoio aos cafeicultores paranaenses, às associações representantes dos produtores de café; registrar nos Anais deste Poder Legislativo porque a única solução para que os produtores de café paranaenses tenham condições de sobrevivência é, pelo menos, que haja compreensão para que se derrube o confisco do café, pelo menos, neste ano, para sobrevivência futura dos cafeicultores paranaenses. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos, aqui, nesta tarde, refutar a acusação do Líder do PDS que, quando ontem usava da tribuna deste Poder Legislativo, e que nós solicitamos apartes, mas, infelizmente, nós não fomos atendidos. Líder do PDS que respeito muito, acho na sua pessoa um Deputado abalizado, que já conhece as dificuldades do nosso Estado pelo seu exemplo de mandato que possui.

Ontem, ao usar da tribuna deste Poder Legislativo, falava-se em corrupção. Nós que acompanhamos, durante nosso período legislativo, que vemos constantemente falar em corrupção dentro desta Assembléia Legislativa do Estado, e ontem o grande Líder do PDS levantava uma questão que a Secretaria de Indústria e Comércio havia passado um telex para um hotel pedindo desconto para os seus funcionários. E eu quero adiantar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu não vejo condições de corrupção quando uma Secretaria que envia seus funcionários, a serviço dessa Secretaria, procura buscar desconto dos hotéis. Isso eu entendo que apenas zelo de trabalho, contenção de despesa, e não é como era anteriormente que se deslocavam caravanas e caravanas de Secretarias do Estado e que não procuravam saber o preço; e que em todos os hotéis do Paraná e até fora do Estado do Paraná, porque segundo alegação do Líder do PDS, que era em outro Estado, mas este Deputado que vos fala já teve oportunidade de estar no aeroporto de Cuiabá, Mato Grosso do Norte, quando descia o avião do Governo do Estado, acompanhado de figuras importantes dentro das aeronaves do Estado para tratar assuntos de interesse particular e de suas fazendas adquiridas no Estado do Mato Grosso.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vejo fundamento nessa denúncia de ontem nesta Assembléia Legislativa do Estado. Procurar desconto para amenizar as despesas das dificuldades em que se encontra este Estado, não vejo razões para serem acusados de corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.



O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda neste dia, e no Pequeno Expediente, o nosso amigo e companheiro, Deputado Caíto Quintana, fazia sérias acusações à ABIFARMA, sobre o problema da indústria farmacêutica nacional, que tomada está pelas multinacionais, impossibilitando as indústrias realisticamente nacionais, tem levado a uma condição bastante difícil de sobrevivência dos abnegados homens brasileiros que, nesse ramo, têm tentado se implantar.

E é sobre o mesmo problema, sobre a mesma temática que nós estamos acompanhando, que hoje nós estamos voltando aqui nesta tribuna.

Apenas lembrando que ainda na semana passada ocupamos a tribuna para abordarmos um tema que entendíamos ser da maior importância nos momentos atuais, o controle da natalidade, através de uma paternidade responsável. Hoje, neste exato momento, aqui estamos novamente, para falar de saúde pública. Mais precisamente, dessa famigerada venda de medicamentos por altíssimos preços.

Não vamos falar sobre a quantidade de remédios com a mesma composição e nomes diferentes que estão no mercado, nem do acesso rápido e cômodo que a população tem a medicações, que só devem ser vendidas sob severos critérios de controle médico. Vamos falar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de constante elevação dos preços dos medicamentos que estão elitizando os produtos e fazendo com que, somente as classes mais privilegiadas possam ter acesso às farmácias, contrariando, também, inclusive, o próprio direito humano de ter saúde.

A alta de medicamentos é de tal forma absurda, que os índices demonstram que nos últimos quatro anos o dólar aumentou um mil e oitocentos e vinte e quatro por cento — incluindo as duas maxidesvalorizações do Governo — e os remédios tiveram o astronômico acréscimo de dois e trezentos e cinquenta por cento, praticamente mais de quinhentos por cento do que nós tivemos de aumento em nível oficial. Uma alta que foi indiscriminada, atingindo todos os tipos de medicamentos, desde os mais simples e de maior consumo, até os mais sofisticados e vitais.

Os números que provam o descompasso dos aumentos são muitos e variáveis. De maio de 82 a maio deste ano, os medicamentos subiram em média duzentos e noventa e cinco por cento contra uma variação cambial de duzentos e um por cento, — quando nós lembrarmos que aí estamos incluindo a maxi, Uma elevação de cento e vinte por cento apenas em comparação nas ORTNs, e alta de cento e trinta por cento nos índices do custo de vida no Rio de Janeiro.

Diferenças também foram verificadas de 81 para 82, comprovando que tem sido exagerado o aumento em detrimento da saúde popular. Com tal panorama é fundamental que o Conselho Interministerial de Preços torne mais abrangente a sua atuação e que não mais tolere que certos medicamentos como analgésicos e vitaminas, de acesso mais fácil por parte da população, continuem sem nenhuma fiscalização, e subam semanalmente de preços, fiscalização que, na nossa opinião, também deve ser feita pelo Governo do Estado, ele que ainda, recentemente, demonstrou preocupação com a sua população e os seus consumidores, criando, a nível de Estado, o CODEC, correspondente ao nosso CODECON a nível federal.

E, além do mais, Srs. Deputados, é necessário que o consumidor tenha outras proteções, como, por exemplo, a portaria que já se estudou mas não se concretizou, obrigando a impressão nas embalagens dos medicamentos do nome dos componentes dos remédios, permitindo que o consumidor opte entre vários medicamentos com o mesmo agente ativo.

Não poderemos esquecer que a saúde pública que todos almejamos, só será atingida com o trabalho conjunto e com leis que estejam voltadas para o povo e não sejam cegas à

voracidade que as empresas multinacionais que fabricam medicamentos, praticam contra o Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Tuguio Setogutte, e associo-me integralmente ao nobre Deputado.

Apenas eu acho que assuntos de tanta relevância, quando os Srs. Deputados fizerem um pronunciamento, devem encaminhar um requerimento à bancada paranaense no Congresso Nacional. Lá é o fórum apropriado para que esses grandes problemas que estão afligindo o povo brasileiro, tenham um tratamento mais adequado. Eu acho os Deputados federais, e com exceções é evidente, acomodados, eles comparecem aos Estados, de quatro em quatro anos, para a renovação do seu mandato, mas esses grandes problemas que afligem a coletividade, quanto a eles eu raramente vejo a abordagem, no Congresso Nacional, especialmente pela Bancada do Paraná — Bancada do Paraná, eu falo Bancada, não é PDS ou PMDB. Acho que este assunto, Preço de Medicamentos, eu acho que, no momento em que o Governo criminosamente liberou os laboratórios, que noventa e seis por cento dos laboratórios são multinacionais, liberou os laboratórios de submeterem as suas listagens ao CIP, o aumento foi brutal! Hoje ainda eu estive conversando com um representante farmacêutico, e ele dizia:

— Olha, Erondy, eu não sei, eu acho que o povo brasileiro repentinamente está gozando de saúde, é um povo saudável, porque a venda de medicamentos caiu à impressionante soma de sessenta por cento!

Mas não é, não é que o povo tenha se tornado mais saudável, o povo hoje está recorrendo a chás, a curandeiros, por quê? Porque apanha a receita do médico e não tem dinheiro para adquirir o medicamento. É isto o que está ocorrendo. E a Central de Medicamentos não está cumprindo as finalidades para as quais ela foi criada, a finalidade dela é nobre, era exatamente dotar o previdenciário, do medicamento, gratuitamente, aqueles medicamentos mais comuns, mais comestíveis, mas, hoje, falta tudo, o mais simples antibiótico que se encontra em qualquer farmácia de interior, não tem na CM, quer dizer, a CM está desfalcada de medicamentos. Não sei se isto é feito de propósito para que os laboratórios possam vender mais, ou se é desleixo do Governo.

Então, a sugestão que eu dou ao eminente Deputado e a todos aqueles que abordam o assunto — de tanta relevância para a coletividade — é que, o transforme em requerimentos, em pronunciamento oficial desta Casa como eu vou fazer daqui a poucos instantes, para que os nossos congressistas trabalhem em favor, façam jus à votação que recebem em seus Estados.

O Sr. Márcio Almeida — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy Silvério, realmente, Vossa Excelência coloca nos pontos devidos, as questões por nós levantadas e nós agradecemos e apenas para complementar o seu pensamento, nós queríamos dizer que, esse nosso reclamo, essas aspirações que o povo do nosso Estado depositam em nossa pessoa, foram levadas realmente, a nível federal, Portanto, esperamos que o nosso companheiro de chapa inclusive, nossa “dobradinha”, de Umarama, que é o companheiro Deputado Federal Santos Filho, leve adiante o nosso pensamento, como ocorreu à semana passada com respeito à apreensão que nós trouxemos a esta Casa, no que diz respeito, como já dissemos, ao Controle da Natalidade, ou melhor dizendo, que, nós queremos que o povo paranaense e o povo do Brasil se conscientizem de uma paternidade responsável! Então, apenas complementando, eu diria que o problema de medicamentos vai

muito além, porque aqueles medicamentos que estão subordinados ao CIP, as multinacionais...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estavam. Estavam subordinados.

O Sr. Márcio Almeida — É. As multinacionais chegam ao ponto e ao cúmulo de os tirarem de mercado, como foi o caso do

Comtal, do Epelin, medicamentos indispensáveis para pessoas, em número bastante grande a nossa população, que têm problemas muito graves e não solucionáveis, e que não possam adquirir esses medicamentos; ou quando não, um Gardenal, por exemplo, que não se vê realmente nas prateleiras, devido ao baixo custo! Retiram do mercado esses medicamentos, lançam os mesmos medicamentos com o mesmo sal e com outra denominação, com preços não vistos e não subordinados ao CPI, com preços astronômicos! Daí a razão da sua preocupação à qual eu faço eco para que os nossos representantes sejam realmente os nossos porta-vozes, legítimos das aspirações do povo, desde o interior, da cidadezinha pequena, até às capitais dos Estados, a nível federal.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência.

Vê Vossa Excelência, que é realmente uma autoridade no assunto, médico conceituado que é aqui no Paraná, vê Vossa Excelência a importância em que esta Casa manifeste-se oficialmente, através de um requerimento. Nós sabemos que alguns Deputados, isoladamente, têm abordado este aspecto, mas eu acho que não é a mesma coisa que, o Poder Legislativo do Paraná encaminhar, pela unanimidade dos seus componentes e assim tome uma posição em favor de determinadas causas populares, porque efetivamente, e nós temos acompanhado bem este problema de CIP, eu acho que o Governo errou e errou muito, quando liberou os laboratórios, de submeterem as suas listagens ao CIP.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência relamente enfoca de uma forma que a experiência legislativa por certo lhe deu, o assunto referido nesta tarde, no Pequeno Expediente.

Queria adiantar a Vossa Excelência, que, quando fizemos o pronunciamento no Pequeno Expediente, foi como o propósito de transformá-lo em requerimento para que este Legislativo pudesse pressionar — no bom sentido — as autoridades responsáveis, para fazer frente quanto à pressão da ABIFARMA que tem pressionado por telegrama inclusive, os Ministros, para que o Decreto não saia, exatamente para podermos tomar partido na defesa da saúde do povo brasileiro, o que evidentemente está cada vez mais difícil porque, o medicamento no Brasil, é monopólio dos laboratórios estrangeiros. Realmente, precisamos tratar com seriedade o assunto, englobando este Poder.

Parabenizo-me com todos aqueles que levantam esse problema, e precisamos levantá-lo, tratá-lo com profundidade, porque a saúde não é privilégio, a saúde é um direito — refrão muito usado mas não cumprido — nós precisamos fazer frente, ajudando, com o nosso apoio, as autoridades responsáveis, para que nós possamos dar um fim ao abuso das multinacionais, dentro do medicamento, no nosso País!

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência.

Eu tenho efetivamente acompanhado a atuação de Vossa Excelência, nesta Casa, então, eu é que me parabeno com Vossa Excelência, eis que eu acompanhei também o pronunciamento anterior de Vossa Excelência, apenas, agora é que eu achei que deveria, em cima do pronunciamento do nobre Deputado Tuguio Setogutte, dar esta sugestão, como eu vou fazer hoje nesta Casa, com relação a Transporte Coletivo, que é um assunto que conheço bem.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O quadro econômico do País é socialmente cruel!

Esta é uma verdade que não precisa ser demonstrada a esta Casa, ela está na consciência de todos nós, de cada um de nós, representantes de um povo que carrega os fardos da inflação e do alto custo de vida, com resignação, mas também com pouca esperança.

Temos por certo, que, nenhum passe de mágica irá alterar a contingência econômica, esse será um processo árduo, doloroso, tal a gravidade da situação em que estamos mergulhados, mas, compete ao Governo Federal e única e exclusivamente ao Governo Federal, adotar medidas práticas para suavizar as iniquidades sociais, para que não recaia sobre os ombros mais frágeis, a carga mais pesada. As pessoas podem reduzir a sua alimentação, ou, comprar comida mais barata.

Elas podem deixar até de comprar medicamentos — um assunto abordado há poucos instantes, tomar chás de ervas e procurar curandeiros, que me perdoem os médicos portadores de mandato popular nesta Casa. As pessoas também podem vestir-se pior, morar mais longe, abdicar do lazer, da educação dos filhos até. Tudo isso as pessoas podem e tudo isso tem feito a nossa população de menor renda para sobreviver. Lamentavelmente, é uma verdade que tem que ser reconhecida. Agora, as pessoas não podem deixar de se transportar, pelo menos do seu local de residência até o local de trabalho.

Abdicar ao transporte, seria desistir do próprio trabalho, e, portanto, renunciar, à própria sobrevivência física.

Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados. Nós temos acompanhado ao longo da nossa vida, a evolução do sistema de transporte coletivo de Curitiba, considerado um dos mais eficientes do País. Isto porque nasceu administrado por antigos motoristas, gente humilde, trabalhadora, que transformou sua vida nessa frota que serve à cidade. Podemos dizer que essa experiência nacional autoriza a levantar as sugestões que queremos — levantar a nível nacional, como uma contribuição desta Assembléia Legislativa ao Governo Federal, para ajudá-lo a cumprir sua mais urgente missão — que é aliviar o sacrifício do povo.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me concede um aparte (Assentimento) — Deputado Erondy Silvério, eu confesso a Vossa Excelência, que recebi um chamado e tive que sair um pouquinho. Mas, como tenho Vossa Excelência num dos maiores conhecedores do transporte, eu queria que Vossa Excelência me desse uma explicação e o que acha do projeto do Vereador Aziz Domingos, que pretende a estatização do transporte coletivo. Vossa Excelência é conhecedor do assunto, eu sou leigo no assunto e tenho interesse no assunto, porque a minha região sofre muito por problema de transporte coletivo os empresários são uns sofrendores, empresários do ramo. Cada vez que aumenta o petróleo, cada vez que aumentam os acessórios dos ônibus não é aumentado logo em seguida as suas passagens para que os usuários paguem condizente com a realidade, com os aumentos que temos assistido.

O que Vossa Excelência acha do projeto do Vereador Aziz Domingos?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu não li, aliás, eu não analisei a justificativa do projeto do nobre Vereador Aziz Domingos, mas eu acho muito simplista porque ele se constitui em dois artigos. Ele não autoriza o Prefeito de Curitiba a criar uma companhia estatal, ele simplesmente diz:

“Fica criada a Companhia Municipal de Transporte Coletivos. E encampado o serviço. Artigo 2.º — Revoga-se as disposições em contrário”.

O assunto é muito sério, envolve em Curitiba o interesse de um milhão de passageiros que diariamente usa a rede de transportes coletivos da cidade. É um assunto sério, não pode ser tratado de uma forma simplista. Nós sabemos que compete ao poder público proporcionar o transporte coletivo aos munícipes, ao poder público municipal. Mas, o que tem ocorrido no País, é que a

esmagadora maioria das prefeituras, têm delegado essa obrigação a empresas particulares. Outras, algumas prefeituras, têm criado empresas estatais — como é o caso de Recife, como é o caso de São Paulo, como é o caso de Ribeirão Preto. E até hoje, na prática, nenhuma dessas companhias estatais, demonstrou objetividade, demonstrou maior eficiência que a empresa privada, a empresa particular. Exatamente por essas razões que eu enunciei aqui é que o transporte coletivo de Curitiba foi criado, foi organizado, foi operado ao longo desses quarenta anos por motoristas, por gente humilde que se constituíram empresas e que trabalham efetivamente à frente das suas organizações.

Por essa razão, efetivamente, a rede de transporte coletivo de Curitiba é eficiente, é uma das melhores do País. Isto tem sido reconhecido em todos os Simpósios que se realizam sobre o assunto, autoridades de outros Estados e Prefeitos que nos visitam é que têm afirmado isso.

Então, acho que é um assunto muito sério, para ser tratado de uma forma simplista como está querendo a Câmara de Curitiba. Precisa ver se a Prefeitura tem estrutura, porque com transporte não se brinca. Transporte coletivo é uma das coisas mais importantes na vida do cidadão. Como o que eu disse aqui: o cidadão pode deixar até de tomar remédio. Toma chá, vai ao curandeiro, pode até se vestir pior, se alimentar mal, o que não pode é prescindir do transporte coletivo, porque ele estará prescindindo da sua própria sobrevivência física.

Então é um assunto que comporta, além de estudos muito profundos, discussões, porque não pode ser tratado de uma maneira simplória como tem sido.

E continuando, Sr. Presidente, como disse há pouco, não existe um único exemplo em todo o Brasil de maior eficiência de empresas públicas sobre privadas. Pelo contrário, os exemplos das empresas estatizadas têm sido negativos, tanto pela ineficiência quanto pelos déficits.

No caso de concessão à iniciativa privada, como ocorre em Curitiba, o poder concedente cumpre a risca o preceito constitucional que fixa o limite de lucros em doze por cento ao ano. Vejam então qual a real posição das empresas de transporte coletivo junto à sociedade. São nada mais, nada menos, que meras repassadoras de recursos financeiros da população para as empresas multinacionais que produzem os insumos do transporte, tais como combustíveis, chassis, pneus, peças, acessórios, lubrificantes.

Ocorre que esses insumos não estão sujeitos a qualquer controle do Governo Federal quanto aos preços, exceto os combustíveis e lubrificantes.

E é abuso do poder econômico monopolista, sendo vários os exemplos de majoração de preços acima da taxa de inflação. E é evidente que a alta de custo, se reflete nas tarifas. Resumindo, dizer que é o povo quem paga os preços de insumos impostos pelas multinacionais da República.

Acrescem a essa situação as altas semestrais de salário nas empresas e a grande carga fiscal para que o custo final da passagem seja incompatível com o poder aquisitivo da população, principalmente a população de menor renda, que é exatamente a que mais é forçada a recorrer ao transporte, por habitar às periferias da cidade.

Entretanto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é esse o quadro, mas ele não é imutável. A carga sobre a população pode ser aliviada e deve ser aliviada. Compete as providências ao Governo Federal. A principal delas seria a implantação do controle de preço dos insumos do transporte pelo Conselho Interministerial de Preços e a fixação mensal de índices de variação de custos do transporte em âmbito nacional.

Feito esse controle sobre a ganância de uma ponta do sistema, determinaria o Governo Federal a venda direta

as empresas de insumos, eliminando desta forma a intermediação e adotaria providência mais importante que é a razão deste pronunciamento, que é o fornecimento do diesel a preço real de produção. Essa providência reduziria sensivelmente o preço das tarifas.

O principal argumento que sempre se levantou contra o fornecimento de combustível a preço real para o transporte coletivo sempre foi a hipótese de fraude, de desvio de diesel para outro uso. Queremos assegurar que é absolutamente falsa; as empresas de transporte recebem cotas de combustível rigorosamente fiscalizadas pelo Conselho Nacional de Petróleo e as Prefeituras Municipais, conforme a quilometragem percorrida pelo ônibus. E essa tese não é só nossa, foi também defendida pelo Sindicato das Empresas de Transportes do Estado do Paraná, em recente contato que teve com o Secretário dos Transportes, Deni Schwartz.

A organização empresarial, indo mais longe, reivindicou também isenções fiscais para diminuir os custos finais da passagem. E é importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante que se entenda que todas essas propostas não representam interesses financeiros dos empresários, pelo contrário, na medida em que as tarifas fossem mais baratas, teriam seu lucro reduzido, pois a Constituição da República, como ordenamento maior, estabelece a expectativa de lucro no patamar de 12 por cento ao ano, por entender o transporte coletivo imprescindível do ponto de vista social. Mas esses empresários vivem também o drama da população sofrida e arcam de outra forma esse ônus de intermediários entre a população e as multinacionais fornecedoras de insumos.

Os poderes concedentes, para atenuar os impactos das altas de tarifas junto à população, alteram os cálculos técnicos.

Ora, se o Governo não pode subsidiar o transporte, menos ainda os empresários, vindo daí uma deterioração lenta, mas o que é pior, progressiva no sistema...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei, a Vossa Excelência.

... com descapitalização das empresas e o que é pior, envelhecimento da frota.

Com prazer, concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Erondy Silvério, evidente que Vossa Excelência quando fala com conhecimento e causa quando se refere ao transporte coletivo. Também concordo que a iniciativa privada tem, na maioria dos momentos, realmente se firmado com mais eficiência do que quando foi entregue ao setor público.

Ocorre, nobre Deputado, que a grande questão do subsídio, que Vossa Excelência me parece defender, dos transportes e ainda o Paraná — me parece — apresenta, ... principalmente Curitiba, ainda o menor custo de transporte. A dificuldade de maneira de como fazer esse subsídio, parece-me que quanto ao óleo combustível há uma dificuldade realmente grande por parte do Governo, mesmo porque o Governo teria que dispender recursos.

Agora, eu acho que seria fácil ao Governo aqui no Paraná, subsidiar o transporte coletivo, sem tomar da iniciativa privada, desde que o combustível fosse de outra natureza, por exemplo, energia elétrica. E eu não vejo como, na evolução dos acontecimentos, não para daqui dois ou três anos, mas daqui trinta, quarenta ou cinquenta anos, eu não vejo como fugir de um transporte subsidiado também e mais com energia de outra origem, e me parece então que o Paraná é rico em energia elétrica e aí talvez se encontrasse a solução definitiva e a maneira mais fácil, talvez, de o Poder Público realmente subsidiar o transporte:

o trolleybus ou seja lá a forma mais evoluída, mas que este transporte fosse baseado não no combustível a gasolina ou a álcool mas desta fonte de energia que é energia elétrica, que não é renovável e que o Paraná tem em exuberância. Aí acho que realmente o Estado não precisa dispendir recursos porque ele tem energia barata e deverá ter, no curso dos próximos anos, uma energia até em excedente razoável, para poder subsidiar a iniciativa privada e, automaticamente, compensar no preço para a população. Aí sim vejo uma possibilidade concreta e passo até a defender porque o Paraná, principalmente Curitiba, precisa, se estruturar para chegar daqui a quinze ou vinte anos, a poder oferecer a sua população um transporte mais condizente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e dou inteira razão a Vossa Excelência. Associo-me em corpo, alma, número, gênero e causa à tese de Vossa Excelência. Já deveria ter sido uma providência tomada há cinco, seis, dez anos. Desde o primeiro choque do petróleo em 1973, as autoridades municipais deveriam ter seguido este caminho. O futuro do transporte só poderá ser compatível com a necessidade da população no instante em que for eletrificado. Não podemos mais continuar dependendo do preço do diesel.

Agora o que pleiteio, o que acho que esta Casa deve pleitear ao Governo Federal, não é subsídio. É o fornecimento, nesta conjuntura, porque esta transformação de frota deverá demorar, - do diesel para a eletrificação das frotas, de cinco a dez anos. Nesta conjuntura o que defendo não é subsidiar. Subsidiamento por parte do Governo Federal. Porque subsidiar significa emitir. É uma injustiça à sociedade.

O que reivindico é que o Governo forneça ao transporte coletivo e tem condições sem possibilidade para dar um único litro de diesel, porque o CNP tem, efetivamente, o consumo de cada empresa deste País, é um fornecimento a custo de produção. Isto reduziria, para que Vossa Excelência saiba, em 50 por cento a tarifa do transporte coletivo. A custo de produção, sem o imposto único.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento). — Deputado, queria associar-me a este ponto de vista...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência é uma autoridade no assunto, foi Vereador por tantos e tantos anos e conhece bem o problema.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Desde a minha primeira presença na Câmara Municipal de Curitiba, tenho defendido a sustação do subsídio na importação de petróleo bruto e transferindo este subsídio na ponta, no preço do óleo diesel para o transporte coletivo dos grandes centros urbanos. Estou com Vossa Excelência. E como não entendo porque o Governo Federal não tomou esta medida, porque isto está sendo solicitado há mais de quinze anos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas acho que chegou o instante de todas as Casas Legislativas, vou mandar uma cópia a todas as Assembléias deste requerimento. Estas nossas ponderações e sugestões nenhum efeito teriam se fossem circunscritas ao âmbito desta Casa. As providências reclamadas são de competência do Governo Federal. Por isto vamos requerer que o nosso apelo seja incorporado pela Casa, como sugestão oficial desta Assembléia Legislativa ao Governo da República.

Que se encaminhe, uma vez aprovada a nossa proposição, expedientes contendo o inteiro teor deste pronunciamento, os apartes recebidos, aos membros das bancadas do Paraná

na Câmara Federal e no Senado, para que somem a sua voz a estas reivindicações:

1. fiscalização dos custos dos insumos do transporte coletivo.
2. fornecimento de combustível a preço de produção para o transporte coletivo.

Requeiro ainda que idênticos expedientes sejam também encaminhados ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, demonstrando a Sua Excelência a nossa estranheza pelo fato do Governo Federal não tomar uma medida tão simples, como esta que vem aliviar a carga tributária do povo brasileiro. Ao Ministro titular da Secretaria do Planejamento, ao Ministro de Minas e Energia, ao Ministro dos Transportes, ao Presidente do CNP e ao Presidente da Petrobrás.

Contando com o apoio dos nobres Srs. Deputados, acreditamos que a nossa manifestação possa colaborar para que haja consciência. Tem que haver consciência de que é urgente aliviar a grande carga de sacrifício que pesa sobre os brasileiros.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência Deputado, num centro urbano mais importante do Paraná, traz a esta Casa realmente uma preocupação que assola todas as categorias sociais da população curitibana, com relação ao custo do transporte coletivo. Mais, ainda, Vossa Excelência, como conhecedor do assunto, como homem identificado com o problema de transportes coletivos, traz uma sugestão concreta, para beneficiar a população que usa do transporte coletivo, para o seu trabalho e para o seu lazer.

Os cumprimentos desta liderança; Vossa Excelência fala em nome da Liderança do PDS, com autoridade pessoal que tem, de deputado ilustre. E não só de deputado ilustre, mas também de empresário não preocupado com o problema do lucro, mas o empresário entendendo a empresa com a sua função social; de dar emprego, de oferecer serviços condignos à população de nossa terra.

Os cumprimentos da liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência lamenta, mas o horário de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, solicito do nobre Líder do PDS, dois minutos para concluir, e para que eu possa conceder o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, a Liderança concede o tempo ao orador.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Continua com a palavra o Deputado Erondy Silvério, agora no horário da Liderança do PDS.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Erondy Silvério, o enfoque que faz Vossa Excelência realmente é muito oportuno e eu me permitiria, só para reflexão, colocar um outro aspecto; só um aspecto a mais no problema do transporte urbano.

O salário mínimo, o salário que ganha o trabalhador, já é baixo para as suas necessidades; e se nós analisarmos que o trabalhador, que precisa ir ao bairro industrial muitas vezes mora num bairro distante; se nós descontarmos o dispêndio que ele tem, de transporte coletivo para poder chegar ao local de trabalho, do seu ordenado, nós vamos

perceber, que o ordenado real que ele recebe para fazer frente às suas necessidades, torna-se irrisório e menor até do que o fixado por lei.

Isso é profundamente lamentável e alguma coisa deve ser feita realmente, para que o trabalhador que precisa deslocar-se através das empresas de transportes coletivos, tenha uma forma subsidiada de poder deslocar-se por preço mais barato.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço e Vossa

Excelência traduz fielmente o nosso pensamento. Hoje, um dos índices que mais pesa no orçamento familiar, é o transporte coletivo. E para o sistema de de transporte coletivo, a tarifa quanto mais elevada, menor o número de passageiros transportados. Então é um círculo vicioso, a tarifa sobe, vai reduzindo o número de passageiros. Em consequência ela vai subindo. Então o Governo precisa intervir: ou estatizando, ou subsidiando; mas não pode mais continuar a situação como está.

Vejam em Curitiba, agora com esta nova alta, então vai chegar um preço proibitivo, sem que o Prefeito de Curitiba possa fazer nada. Está de mãos atadas. É só o Governo Federal que tem efetivamente condições de resolver este problema. E não resolve, porque não o quer. Porque quando esta sugestão foi levada ao Ministro do Planejamento, até disse que quem não tivesse dinheiro para pagar ônibus, que andasse a pé. Foi esta a resposta que ele deu. Vejam a insensibilidade de um homem público, ante um problema tão sério e tão profundo, para o interesse da população, como este.

Agradeço, Sr. Presidente, e ao Sr. Líder do PDS, o tempo que me concedeu. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Usará da palavra, por cinco minutos, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para prestar esclarecimentos, com referência a uma denúncia feita há poucos instantes, pelo nobre Deputado Rubens Bueno, com referência ao Município de Fênix. Por sinal, eu tive a oportunidade de visitar a região neste fim de semana, e na sexta-feira, ainda visitando o Município de Fênix, conversando com os Vereadores, com o Prefeito, com a comunidade local, tive a oportunidade de verificar a maneira aflitiva como vivem aqueles munícipes, principalmente o Prefeito e os Vereadores.

Não é realidade a informação dada pelo nobre Deputado Rubens Bueno. Na verdade, o Prefeito dispensou quatro professores, mas não por perseguição política, ele dispensou as quatro professoras e pretende dispensar mais trinta e sete professoras, por falta de recursos, são professoras municipais à disposição do Estado e o levantamento que eu pude fazer, neste fim de semana, a Prefeitura de Fênix deve às professoras municipais, à disposição do Estado, dez milhões e meio e precisa, para pôr em dia os funcionários do município, dezessete milhões de cruzeiros.

E a única maneira que o Prefeito encontrou, foi dispensando, para não deixar aumentar ainda o débito junto aos professores, é lamentável que isto aconteça, eu ainda fiz um apelo ao Prefeito, que aguentasse pelo menos até o fim de junho, porque nas férias talvez fosse possível encontrar

uma saída junto à Secretaria da Educação, ou empréstimo para sanar esta irregularidade do município.

Mas ainda pude constatar uma outra irregularidade mais triste ainda do município, isso está acontecendo em vários municípios do Paraná.

Nós sabemos que com essas chuvas constantes, a dificuldade reinante no meio rural é muito grande e muitos pais de aluno manda seus filhos para aula, não pensando no estudo, mas pensando na merenda escolar que é distribuída e pegando o relatório do Município de Fênix de uma escola em que foi remetido neste semestre, a Escola Fazenda Valadão, para trinta e cinco alunos, foi remetido pela Fundepar cinco quilos de açúcar, dez quilos de arroz, dois de biscoitos, uma lata de óleo de soja de um quilo, carne PVP 1, carne PVP simples, um quilo, e fubá, três quilos, para atender trinta e cinco alunos num semestre. Um litro de óleo de soja, não é possível que aconteça, continue atendendo essas escolas nessas condições, porque mandar merenda escolar com este número, é praticamente não mandar nada, nem deveria iniciar a distribuição da merenda escolar.

Lamentamos que isso aconteça e fazemos um apelo, para que a Secretaria da Educação, procure sanar esta irregularidade junto aos municípios, socorrendo os municípios para que possam remunerar os seus professores, evitando que os Prefeitos tenham que dispensar os professores por falta de pagamento, como é o caso de Fênix. Na realidade houve a dispensa dos quatro professores, porque o Prefeito tinha esse recurso para poder indenizar os quatro e pretende dispensar mais ainda e se ainda não dispensou foi justamente por falta de recurso na indenização desses professores e nós estamos empenhados, para que isto não aconteça. Temos que encontrar uma solução para que o Prefeito possa atender e por em dia o pagamento desses funcionários do município.

Era esta a justificativa que eu queria fazer, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra o Sr. Deputado Tuguio Setogutte, por cinco minutos.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna neste dia, para novamente fazer o pedido de informações ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, com referência a estrada Umuarama/Herculândia, via Serra dos Dourados - Ivaté.

Sabemos da intenção do Governo, sabemos do seu propósito, inclusive muito mais, temos acompanhado o sofrimento daquela população, quando ainda na última semana, quando estivemos, por ocasião do aniversário da cidade, junto com o nosso ilustre companheiro, Nelson Vasconcellos, aqui da Casa, nos foi solicitado, mais uma vez, para que fosse oficialmente a nós informado em que posição, em que condições se encontrava a possibilidade da execução desta estrada por este governo ainda.

Considerando que, Ivaté, no momento, neste exato dia, está com mais de quatro mil sacas de café já beneficiado, sem poder se locomover; Herculândia com mais de oitocentas sacas de café e o mais, além disso, considerando que o transporte de bovinos está bastante prejudicado naquela região, das aspirações das mais antigas, queremos crer que, nesta oportunidade, quando o Governo José Richa, na sua prioridade primeira, coloca as estradas vicinais e alimentadoras, como de primordial importância, Umuarama não fique privada, mais uma vez, desta estrada que é das mais justas aspirações daquele povo.

Considerando ainda que, Umuarama, tem desempenhado, através do Estado, uma arrecadação de recursos para o tesouro

do Estado de expressiva produção. Tem colaborado para a fixação do homem à terra, evitando o êxodo rural, com a manutenção de cafezais em muitos locais. A região também tem uma pecuária consolidada.

O Governo tem elaborado projeto para ligação de Umuarama a Herculanópolis, que é uma extensão de 75 km que seria ligado justamente à Serra dos Dourados-Ivaté, inclusive, completando a ligação que ora está em execução, que é de Ivaté-Dourados-Nova Olímpia - Maria Helena - Umuarama, o dobro do percurso a ser executado se for construída como nós há pouco ponderávamos no nosso traçado de Ivaté, passando apenas por Serra dos Dourados.

Além do mais, a Pontal do Tigre, aquela aspiração maior não mais se tornará realidade pela construção da Usina de Ilha Grande que tornou inviável a construção de Pontal do Tigre, é esta que ligaria Serra dos Dourados - Santa Elisa - até àquele município.

A ligação com Icaraima também, já foi prejudicada quando se teve que fazer o desvio por Vila Alta - Casa Branca - Xanbrê, deixando dois distritos de nosso município isolados, qual seja Nova Jerusalém e Roberto Silveira. Prejuízos também teve Umuarama, que sendo um polo da região, ficou distante de Mariluz a um dobro de distância - ligado através da rodovia de Moreira Sales-Cruzeiro do Oeste, uma vez que nós temos já um projeto para se ligar diretamente Mariluz a Umuarama.

Também por ocasião da construção de Assis Chateaubriand-Brasilândia-Alto Piquiri, cujo acesso ficou a 7 km, passando e indo terminar no patrimônio do Cedro, sendo que Umuarama, mais uma vez, prejudicada foi, justamente por ter isolado o Distrito de Saltinho do Oeste, este pertencente ao Município de Alto Piquiri.

Também não podemos esquecer desta ligação que está sendo terminada e como há pouco dizíamos, irá fazer com que se percorra o dobro do necessário para atingir Umuarama, ligando Ivaté-Dourados-Nova Olímpia-Maria Helena, nossa cidade.

Essas as razões que nos fazem tomar novamente a iniciativa de um Pedido de Informações por traduzir as legítimas reivindicações regionais e a necessidade de um esclarecimento que visa única e exclusivamente, dar satisfação a uma importante parte da população paranaense que contribui decisivamente com o Estado e deve ser ouvida e atendida nas reivindicações.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS. (Pausa) — Com a palavra o Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em meados do mês de abril passado, apresentamos para apreciação do Plenário desta Casa, um pedido de informações dirigido ao Sr. Governador José Richa e que fundamentalmente manifestava a preocupação nossa quanto a três respostas que gostaríamos de obter do Sr. Governador.

A primeira delas, é seu desejo sincero combater o desemprego?

A segunda, quantos funcionários públicos da administração direta e indireta foram demitidos a partir de 15 de março do presente ano até a data que este requerimento for respondido.

E a terceira, qual o tempo de serviço, qual o motivo, qual a qualificação profissional e qual a lotação funcional de cada um dos demitidos.

Este pedido de informações foi formulado a propósito das informações públicas de demissões desenfiadas pelo Governador José Richa, atendendo especialmente de um privilégio odioso daqueles que detendo o poder realmente tudo podem fazer.

Aguardamos pacientemente a resposta do Governador José Richa.

E como não havia nenhuma pergunta que pudesse colocar mal o Governador, nós imaginávamos que teríamos respostas adequadas ao pedido formulado e aprovado nesta Casa, e com muita honra para mim com os votos favoráveis, inclusive da Bancada do PMDB.

Pois bem, recebemos há dias a resposta do Governador, através do Presidente desta Casa, Deputado Trajano Bastos de Oliveira, e qual não foi a nossa surpresa quando ao compulsarmos este caderno de informações do Sr. José Richa, nós não constatamos, para nossa frustração ao pedido de informação, que esta Casa aprovou unanimemente.

Então, nós não sabemos se é sincero o desejo do Governador do Estado de combater o desemprego, porque no requerimento aprovado consta esta pergunta e, no entanto, o Governador ainda não nos respondeu a esta indagação. Evidentemente que nós não temos outra conduta, outro procedimento que não usar até de uma certa drasticidade, e é o que vamos fazer, neste momento, devolvendo as respostas do Governador José Richa ao Presidente da Casa, a fim de que ele providencie junto a Sua Excelência, a adequação das respostas do Governador às indagações formuladas.

Mas, há mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador José Richa não se dignou a encaminhar a esta Casa, num manifesto de apreço ao Poder Legislativo, o documento original, que suscitou o levantamento das demissões dos funcionários públicos do Paraná até o final do mês de abril, ele encaminhou ao Poder Legislativo cópias xerográficas de levantamentos feitos por alguns órgãos do Governo do Estado.

E ainda assim de forma imprecisa e de forma incompleta, porque o Governador do Estado respondeu a esta Casa com dois levantamentos.

Um deles, através de números de cada órgão do Governo do Estado do Paraná, em que Sua Excelência, menciona o nome do órgão, as demissões feitas por interesse da administração, e as demissões feitas a pedido. E num segundo levantamento, o Governador do Estado encaminha a relação de pessoal demitido após 15 de março, de 1983, aqui especificando a natureza do cargo, a data de admissão, a data de demissão, o motivo da demissão e omite, lamentavelmente o nome dos funcionários.

Lamento a omissão, em primeiro lugar, porque funcionários públicos têm nome, e em segundo lugar, porque pela cópia xerográfica, dá para perfeitamente perceber sem qualquer preocupação de se fazer levantamentos grafo-técnicos, ou outros que digam respeito a qualquer tipo de perícia, dá para se perceber que, no momento em que foi feito a fotocópia do documento original, houve intencionalmente a obstrução, provavelmente através da aplicação de uma outra folha de papel, dos nomes dos funcionários demitidos, eu acho isso profundamente lamentável, porque cada servidor público demitido tem o seu nome.

E ainda mais, Srs. Parlamentares, o Governador José Richa disse, antes de tomar posse, apenas para escandalizar, e com a intenção nítida e indiscutível de diminuir as administrações anteriores, de que em 1982 houve de 17 a 20 mil admissões, com o fim específico de favorecer eleitoralmente o Partido Democrático Social.

Ora, o levantamento que nos encaminha o Governador do Estado, é um flagrante desmentido da sua afirmação anterior: em primeiro lugar, mesmo que com os números contraditórios que não fecham, o Governador informa à Assembléia Legislativa que foram demitidos perto de mil funcionários até 29 de abril do corrente ano. O levantamento



que nós fizemos nos permite constatar que desses mil funcionários apenas vinte por cento e, dentro dos limites legais, foram admitidos em 1982.

Logo aquela informação que eu considero leviana, do Governador, quando afirmou publicamente e a grande imprensa nacional, além de local, a grande imprensa nacional, divulgou amplamente essa declaração quando ele informou que foram admitidos entre 17 e 20 mil servidores com fins eleitorais no Paraná. Então, se encarregue o Sr. José Richa de se desmentir e de, sem querer, restabelecer o princípio da verdade e da justiça ao reconhecer, neste documento, que vinte por cento apenas dos demitidos foram admitidos no serviço público, em 1982. Mas isso, por outro lado, caracteriza cabalmente a intenção realmente odiosa, nefasta, abominável do Sr. José Richa ao demitir com a intenção de perseguir politicamente, porque também este levantamento nos permite afirmar que praticamente todos os demitidos deixaram o serviço público sem justa causa, e em lugar desses funcionários demitidos, sem justa causa, ainda há pouco tempo o Sr. Secretário de Estado da Administração, que, inexplicavelmente acumula as funções de Secretário dos Recursos Humanos, admitiu que foram contratados pelo Governo do Paraná, hoje, neste Governo, mil e cem funcionários. Logo, mais admissões do que as demissões realizadas. Os admitidos, sem dúvida, foram os apadrinhados do PMDB; os apadrinhados do Governador, de Secretários de Estado; provavelmente, de outros setores do Partido que dá sustentação hoje ao Governo do Estado. Esqueceu-se, no entanto, Sua Excelência, de afirmar, também, nestas suas respostas, que os critérios para as demissões, se não foram políticos, também não deveriam ter sido critérios políticos para as admissões. Era o mínimo que esperávamos pudesse fazer o Sr. José Richa para salvaguardar as suas boas intenções.

No entanto, não é o que lamentavelmente nós estamos observando

Concedo o aparte ao primeiro Deputado que me pediu, Sr. Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Deputado Airton Cordeiro.,

Vossa Excelência usa uma linguagem de Deputado radialista e que enobrece a classe dos radialistas - quero deixar bem claro - a que muitos Parlamentares aqui pertencem e não se envergonham de pertencer. Mas eu tive oportunidade, dias atrás, de ocupar a tribuna, e fazer uma rápida abordagem, inclusive de demissões que estão ocorrendo no Estado, Deputado, e hoje, Vossa Excelência traz os números que nós conhecemos de mil demissões e mil e cem contratações; e volto a insistir Vossa Excelência não se encontrava naquela oportunidade - que esse é um grande erro do Governador Jose Richa e me admiro muito da cobrança, como oposicionista, que Vossa Excelência faz. Agora, me admiro porque, na realidade, no primeiro dia de Governo, o Sr. José Richa tinha que botar cinco mil para fora do Governo. Não mil, como tirou até agora.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E não pôs por quê?

O Sr. Nestor Baptista — Aí é que está a cobrança que Vossa

Excelência faz e que eu concordo plenamente porque já fiz aqui, nesta tribuna, e voltarei a fazê-lo quantas vezes forem necessárias, inclusive em reuniões do nosso Partido. Agora, foi um pecado nosso. Quando na Prefeitura Municipal o Prefeito, radialista Maurício Fruet, também não mandou um bando que está lá sem fazer nada, porque não quer provocar um grande desemprego.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agora, trouxe um bando de fora que não sabe fazer nada.

O Sr. Nestor Baptista — É a opinião de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não. É a realidade;

O Sr. Nestor Baptista — É a opinião de Vossa Excelência. Agora, devo dizer que também os que estavam ocupando cargos de chefia, cargos em comissão não tiveram a dignidade suficiente de colocar o seu cargo à disposição.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Essas demissões não se tratam de demissões "ad nutum", das demissões de cargos comissionados. São demissões de pessoal contratado pelo Estado.

O Sr. Nestor Baptista — Então me permita continuar no aparte. Como foi demitido um Vereador do Partido de Vossa Excelência, engenheiro aposentado do DER e arrumou uma contratação no DER, o Dr. Jefferson Wanderley que está na sua relação e assim existem muitos que constam da relação, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu não sei se ele está porque o Sr. Governador não mandou o nome dos demitidos.

O Sr. Nestor Baptista — Deveria constar e deve estar ele, e muito outros que estão sendo dispensados, que se aposentaram e foram recontraçados. Não sei qual o critério que foi usado para ajudar essa gente. Então veja bem, Deputado, para não me alongar mais e tomar o seu tempo que é precioso. Vossa Excelência contará com o nosso apoio quando faz a cobrança dessas demissões. Nós vamos apoiá-lo porque muita gente tem que ser colocada para fora do Governo, ainda.

Então Vossa Excelência terá o nosso apoio e a nossa cobrança permanente, porque nós não podemos aceitar e ainda há pouco, ainda quanto Vossa Excelência dizia que há discriminação odiosa. Ora, ser do PDS ou do PMDB não desmerece e nem dá prestígio a ninguém. Este é o meu pensamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Airton Cordeiro?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Só para encerrar, Deputado.

Não desmereço ninguém. Acho que quem é PDS não deve ter vergonha de ser PDS e quem é PMDB não deve ter também; por um motivo muito simples. No PDS tem muita gente de grande qualidade, muita gente boa e tem muita gente boa e tem muita gente que não vale nada, e o mesmo ocorre no nosso Partido. Não tenho receio de dizer isso.

Então veja Vossa Excelência, para terminar, a discriminação odiosa que Vossa Excelência acabou de destacar. Discriminação odiosa é que fizeram com inúmeros companheiros nossos e não falo por problema ocorrido comigo, mas por inúmeros companheiros nossos que foram discriminados e fui ao Detran há pouco. Um candidato a vereador, do Partido de Vossa Excelência, ocupa um cargo importante no Detran. Fiquei espantado, é bem verdade. Mas a justificativa é uma só. Tem competência e por isso fica no cargo. Agora, para mim não ficaria, porque no nosso Partido tem gente tão competente ou mais competente. Perdoo-me ter tomado o seu tempo.



O SR. AIRTON CORDEIRO — Gostaria de esclarecer a Vossa Excelência que não estou cobrando demissão de ninguém. Pelo contrário. Acho que num momento de crise, de desemprego compete ao Governador do Estado dar o exemplo, porque ele pediu às classes produtoras do Paraná, aos industriais, aos comerciantes, aos agricultores, que mantivessem o melhor nível de emprego possível e no entanto, autorizava a demissão sumária de empregados, de funcionários que prestavam serviços ao Paraná. Daí porque eu perguntava a Sua Excelência se era sincero o seu desejo de combater o desemprego. Então, eu não quero as demissões, Deputado Nestor Baptista. O que eu quero é que o Governador do Estado realmente caia em si, se recomponha emocionalmente e entenda que praticou uma discriminação odiosa ao só punir com demissões, funcionários ligados ao PDS e admitiu 2.100 funcionários ligados ao PMDB. Isso é um crime. Isso é um crime, Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Permite-me um minuto, Deputado? Um minuto apenas?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Disponho de pouco tempo. Lamentavelmente, não disponho de mais tempo e terei muito prazer em dialogar com Vossa Excelência futuramente, mas não disponho de mais tempo e ainda concederei aparte ao Deputado Gabriel Manoel e ao Deputado Luiz Alberto.

Quero apenas deixar muito claro isso, de que as demissões foram realmente odiosas, foram por perseguição política. Tanto isto é verdade que o Governador está caracterizando nas suas respostas: 20 por cento dos demitidos foram admitidos em 82. Não passou de um escândalo barato, leviano do Governador José Richa.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel e em seguida ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu concedo ao eminente Líder.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu gostaria, nobre Deputado

Airton Cordeiro, que ocupa a tribuna como parlamentar ilustre em sendo também um jornalista e um radialista ilustre, o que lamentavelmente parece que há confusão mental de alguns parlamentares nesta Casa, Vossa Excelência consegue fazer a radiografia da mentira.

O que o Governador José Richa e o PMDB pregaram durante a campanha eleitoral? Que havia no Paraná um clima de empreguismo e agora Sua Excelência se desmente. Agora, pelos números que Vossa Excelência traz, números oficiais, porque lamentavelmente o atual Governo ora dizia que eram 300. Foi a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e disse que eram 600 e agora traz um documento oficial dizendo que demitiu 1.000 pessoas.

Onde o clima de empreguismo, se ele emprega 1.100 pessoas? Não houve clima, não houve empreguismo no Governo anterior. O que está havendo isto sim, é empreguismo para os atuais homens detentores do poder. E a prova clara é insofismável que Vossa Excelência traz da mentira e do embuste peemedebista pré-leitoral.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ao agradecer o aparte de Vossa Excelência, e quero lamentar, Sr. Presidente, que não disponha de mais tempo para ler o que registramos nos Anais da Casa o que temos no Diário da Assembléia, um pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, feito da tribuna, antes da eleição. Sua Excelência afirmava categoricamente que era mentira que o Governador José Richa, se eleito, promoveria demissões em massa no serviço

público estadual. Hoje, podemos constatar quais são e onde estão os mentirosos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência considera “massa” um colegiado de 150 mil funcionários.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ponha mil aqui dentro.

O Sr. Nilso Sguarezi — E ponha 150 mil lá fora e ponha 150 mil no total. Não dá 1 por cento. Vossa Excelência considera “massa” um por cento? E tem que ir muito mais porque tem muito mais fantasmas. Aqui está um edital que tenho em mão ...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Faz soar os tímpanos.

Esta Presidência, antes de passar a palavra à Liderança do PMDB, registra, com satisfação, a presença do Sr. Francisco Luiz do Santos, Presidente do Conselho Indígena do Paraná.

Está com a palavra ...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado (Pela ordem) — Sr. Presidente, é apenas o desejo de anunciar a este Poder, que hoje à tarde, o Conselho Penitenciário do Paraná, resolveu conceder à índia Maria Tiara Marques, o direito ao trabalho externo fora da Penitenciária Feminina do Ahú. Por conseguinte, desde então, a índia Maria Tiara Marques estará em liberdade. Era esta a notícia que trazia para este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O “Financial Times”, um dos mais respeitados jornais do mundo, comenta que o Brasil vive numa pré-convulsão social. Na verdade, os brasileiros e incluímos aí a classe política de um modo específico, não sabe o que está acontecendo por traz dos bastidores neste País, porque a grande imprensa nacional sofre um cerceamento econômico que a impede de divulgar os fatos reais. Daí que os estrangeiros e, notadamente, os norte-americanos, têm o raio-x da nossa crise, com todos os desdobramentos e com todas as versões verdadeiras.

E agora João? Que a Nação está mergulhada numa crise sem precedentes, todos nós sabemos. E o pior é o que os homens que nos enfiaram nela, não sabem agora como segurar o rojão. A Nação chegou ao limite máximo de esgotamento e da tolerância, temos que ter uma consciência muito clara do momento que vivemos. E o momento é mais grave do que muitos pensam.

O povo brasileiro que muitos rotulam de dócil, indolente e que vive num comodismo latente, vai despertando aos poucos da longa noite anestésica. Nem o futebol está agindo mais como ópio ou como circo neste País. A fome explode em todos os cantos desta grande Nação. O governo militar destes últimos 19 anos, é o grande responsável pela perda da identidade nacional. Roubaram a carteira de identidade do Brasil.

O regime fez sossobrar inclusive, a instabilidade familiar e moral do brasileiro. O regime destruiu todas as instituições e isolou-se da Nação e deixou a todos órfãos. Transformou a verdade em mentira, a fé em descrença, a esperança em desespero e o futuro na incerteza.

E agora João - o que será deste País? País que vai viver a partir do dia primeiro o pesadelo da casa própria, com o aumento de 130 por cento nas prestações do BNH. E o aumento será o teste final, definitivo para o governo militar medir a capacidade de resistência do povo brasileiro. País que vai importar leite da Holanda, onde as vacas são criadas nos porões, por falta de pasto. País que vai viver a partir do dia primeiro, aumento de mais de 100 por cento nos artigos de primeira necessidade. Como o pão, o óleo, o feijão, a batata, o milho e verduras.

Em São Paulo, a saca do feijão está sendo negociada a 30 mil cruzeiros no atacado, que corresponde a quase 500 cruzeiros o quilo

é a tendência é chegar aos mil cruzeiros o quilo do feijão. O milho subiu 70 por cento em um mês e meio, o frango hoje, a 900 cruzeiros o quilo, contra os 380 cruzeiros de um mês e meio atrás. O óleo de soja sofreu aumento de mais de 120 por cento.

E quem é que fala nessa caristia? Será que os tecnocratas, os homens que falam da economia nacional, os donos da verdade, sentem vergonha de falar na fome do povo? Os tecnocratas continuam falando em “desindexação”. Indexação, expurgo e sensibilidade da base monetária.

A inflação continua galopando; Delfim, Langoni e Galvêas a trinca que Deus fez, o vento espalhou e o diabo ajuntou, vivem em outro mundo. Os três mosqueteiros continuam viajando para o exterior, ostentando luxo e riqueza que contrastam com a realidade nacional. Só ficam em hotéis de cinco estrelas e alugam limosines ou Mercedes Benz.

E agora, João? Adianta levar o Delfim ao Congresso para responder o irresponsável, ou defender o indefensável?

E os presidenciáveis que continuam a aparecer todas as noites nas telas dos vídeos como se tudo neste País estivesse calmo e sob controle. O Palácio continua coordenando a sucessão presidencial. As eleições serão em 1985 e eu pergunto: Será que chegaremos até lá? Será que chegaremos até o Natal deste ano?

E agora, João? O Brasil inteiro passa a torcer pelo coração do João. O que estaria por trás dos olhares cínicos e irônicos dos três mosqueteiros, responsáveis pelo caos da nossa economia? O que estaria por trás dos olhares circunspectos indecifráveis dos nossos Ministros militares? O que estaria por trás, principalmente, dos olhares desesperados, descontrolados, do ranger de dentes do povo brasileiro?

Como salvar este País? Como controlar mais de 40 milhões de brasileiros desempregados e subempregados? Como matar a fome de milhões de bóias-frias que aqui mesmo no Paraná já começaram a saquear armazéns e mercados?

Vamos deixar as indexações, as desindexações, os expurgos, os presidenciáveis de lado, antes que seja tarde. Vamos sentir o cheiro da fome neste País. A Nação está ameaçada pelos interesses escusos de grupos estrangeiros que controlam a nossa economia, que controlam a nossa política.

É hora de preservar a soberania nacional, de quebrar o acordo unilateral do FMI, de decretar a moratória. Mas para isso é preciso que os setores mais conseqüentes desta Nação, inclusive as Forças Armadas, reconheçam que o modelo econômico falhou, que a Nação foi vendida, e reconheçam que esta Nação está muito humilhada.

Urge uma tomada de posição, uma união nacional que a classe política e principalmente o Congresso Nacional deixe de lado as questões acessórias para atacar com muita coragem as questões essenciais deste País.

Vamos deixar de apagar as fogueirinhas de São João, para levantar os olhos para o grande incêndio que está chegando e que vai queimar a todos indistintamente.

Que os Andreazzas, os Aurelianos, os Mallufs e os Cavalcantes parem de sonhar por instantes com a faixa presidencial. É preciso vencer esta etapa primeiramente, antes que a Nação coloque em confronto os seus irmãos, antes que haja o derramamento de sangue, antes que irmãos sejam usados como inocentes úteis por interesses econômicos do FMI, ou políticos da CIA. E que cessem os “murmúrios das aves de mau agouro”, inspiradas pelos ventos de 64. A “indústria do anticomunismo” vem a reboque da crise social que corrói e desestabiliza os alicerces de barro do regime.

Aqui mesmo nesta Assembléia já se levantam as vozes de “fepistas”, “fascistas” e “reacionários”. O momento é muito grave e está a exigir decisões adultas e sensatas, principalmente dos homens do Governo, sem descartar a colaboração da própria Oposição. O momento nacional

está acima das questões regionais, o País vive um momento histórico nas fábricas, importante e delicado; a revolta social explode nas fábricas, nas ruas e nos campos. Temos que ter consciência desse momento, como disse o orador latino Cícero, há mais de dois mil anos: “A História é testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória e mensageira do passado”.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Batista) — A Presidência informa que restam 18 minutos para a Liderança do PMDB.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Esta Liderança concede a palavra ao Deputado Nelson Vasconcellos por 8 minutos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Há mais de quatro anos, em março de 1979, o Presidente Figueiredo tomava posse e deixava claro, quais seriam os principais objetivos de seu governo, colocando como uma das primeiras metas a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Hoje, 1983, vejamos, de passagem, alguns números do próprio governo em relação a nossa gente.

— Na habitação, somos 28 milhões de famílias vivendo em 20 milhões de moradias. Portanto, cerca de 8 milhões de famílias brasileiras vegetam em favelas, cortiços, mocambos e taperas. Das moradias dignas do nome, 6 milhões não têm água encanada e 13 milhões não têm esgoto coletado.

— Na educação, temos mais de 6 milhões de crianças em idade escolar fora da escola primária. Daqueles que estão hoje matriculados no 1º grau, cerca de 24 milhões segundo dados oficiais, a evasão e a repetência descartam, como de costume, 40 por cento só na passagem da 1a. para a 2a. série e, do total, apenas 3,5 milhões alcançarão o 2º grau. Sem contar 22 milhões de analfabetos e 2 milhões de crianças absolutamente abandonadas.

— Na área do trabalho o quadro agrava-se a cada dia.

Segundo o IBGE 7,7 milhões de brasileiros vivem ou sobrevivem com apenas meio salário mínimo mensal. Milhões estão completamente desempregados. E enquanto isso, a concentração de renda continua fazendo os ricos mais ricos e os pobres cada vez mais miseráveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Diante desta realidade e na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, caberia a pergunta: e a saúde do brasileiro, como vai?

E é o próprio Governo Federal quem responde, através de números oficiais do INPS, que sustenta que mais de 1 milhão e duzentos mil brasileiros recebem pensão do Instituto por invalidez, vale dizer, todas essas pessoas tiveram ou têm doenças que as deixaram definitivamente incapacitadas para o trabalho, não incluindo aqui os aposentados por acidentes de trabalho, que somam mais de 32.000 pessoas.

Um número tão grande de aposentados por invalidez mostra uma realidade óbvia: as condições de vida da população são péssimas e a assistência médica é deficiente.

Diante desta triste realidade só poderíamos aconselhar os brasileiros subnutridos e doentes a se medicarem. Mas, aqui fica o nosso maior espanto. O que mais subiu neste País, nos últimos 4 anos foram exatamente os remédios.

Esta denúncia não é fruto de um oposicionismo exarcebado, pois foi feita no Senado Federal pelo Senador Benedito Ferreira, do PDS de Goiás, que denunciou também os abusos, a insaciabilidade e a ganância sem limites da

tristemente famosa indústria químico-farmacêutica instalada no País.

Os medicamentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, subiram nos últimos 12 meses nada menos que 295 por cento em média. Nos últimos 4 anos os remédios tiveram um aumento médio de 2.350 por cento, superando amplamente outros indicadores econômicos do mesmo período, como o preço do dólar (que foi reajustado em 1.824 por cento), o índice de custo de vida no Fio de Janeiro (que foi de 1.488 por cento) e a variação das ORTNs (da ordem de 976 por cento).

A alta indiscriminada, sem precedentes e sem causas plausíveis, atinge todos os medicamentos, desde os mais simples e de maior consumo, até os mais sofisticados e vitais.

Exemplos desta escalada impune de preços nos últimos 4 anos podem ser citados, tais como: a vitamina C, comercializada sob o rótulo de Cetiva, subiu 9.909 por cento; a vitamina B 12 3.482 por cento; o sulfato de magnésio 3.400 por cento; a pomada Hipoglós 1.894 por cento e a água oxigenada 3.482 por cento. A lista é infindável e não permite excessões, semelhante mesmo aos erros da equipe econômica que desgraçadamente nos governa.

Tudo isto diante do impotente Conselho Interministerial de Preços e de toda nossa legislação que trata dos crimes contra a economia popular, incompetentes para controlar o setor farmacêutico, sabidamente dominado pelas multinacionais e que manipulam, além dos preços, a criminosa propaganda dos medicamentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Este é o triste quadro da saúde no Brasil. E, parece que não poderia deixar de ser de outra forma. Tudo indica que em Brasília, o Governo também está, como um grande número de brasileiros, igualmente doente e inoperante, aliás agonizante, esperemos, para o bem de todos nós."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB se vai fazer uso do horário restante.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Pelo tempo restante, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O povo paranaense tem se mostrado, ao longo da história deste Estado, possuidor de inquestionáveis virtudes. Virtudes estas que possibilitaram a formação de uma grande e rica unidade, de um grande e respeitado núcleo da federação.

Entre todas as virtudes que relevam o valor da gente do Paraná estão o trabalho, a dedicação, a fibra e a força de vontade capazes de fazer com que suportemos os mais difíceis desafios.

Assim tem sido ao longo dos anos quando os mais terríveis flagelos da natureza não foram suficientemente duros para fraquejar o ânimo do nosso povo, pois a cada obstáculo que se nos apresenta, mais forte se faz sentir a tempera da nossa gente, a inquebrantável fibra dos paranaenses de todos os quadrantes, de todas as camadas.

O Paraná está ressurgindo para, uma nova era. Mal conduzido nos últimos anos, espoliado e explorado em todos os sentidos, viu o Paraná acender-se uma nova e radiante luz indicativa de um novo tempo com a vitória do povo em 15 de novembro. O povo pela força do voto livre e democrático escolheu o novo destino. Pelo voto que representa sua livre vontade retomou os destinos do Estado, escolhendo o PMDB para o governo. E com o PMDB o sofrido povo paranaense voltou a participar do governo, participando assim da condução de seu próprio destino.

Todos sabemos que é difícil a empreitada, que vai exigir muito trabalho, porque implica na reconstrução.

Porém, com a firme condução do Governador José Richa e com o apoio político do nosso Partido, sabemos todos e sabe o povo paranaense que a jornada será levada a bom termo.

Mal iniciada a tarefa de reconstrução política e administrativa, vê-se o Paraná assolado pela calamidade. Assim como a seca, a geada e até o fogo já os enfrentamos com fibra e resistência invejável, também a água o elemento destruidor de agora, igualmente não quebrantar a fé, a esperança e a tenacidade dos paranaenses. Também esta batalha venceremos, também este desafio será vencido e mais um obstáculo será ultrapassado.

Srs. Deputados... Faço desta tribuna um chamamento ao povo, em especial ao povo que aqui represento, ao povo de Curitiba e dos municípios que me escolheram como legítimo representante: VAMOS MANTER ACESA A CHAMA QUE ALIMENTA A NOSSA ESPERANÇA; VAMOS MANTER VIVA A FÉ, uma das muitas virtudes deste forte e decidido homem do Paraná.

Imprescindível é a união e o trabalho de todos, apoiando e batalhando lado a lado com o nosso Governador. Imprescindível é a dedicação.

Propusemo-nos a um grande trabalho de reconstrução e soerguimento do nosso Paraná, e sabemos que isto exige muito de nós, mas tudo o que for exigido temos capacidade e vontade de oferecer. E assim o faremos.

Os percalços, a adversidade circunstancial, a crítica maldosa, a oposição destrutiva... tudo isso será vencido com união e trabalho, com dedicação e lealdade em torno de nosso Governador, pois o desejo maior de todos nós paranaenses é a construção de um grande Estado, e seguramente vamos alcançar nosso objetivo, é para isso que sempre trabalhamos e que vamos continuar trabalhando.

Todos nós, unidos pelo Paraná". Obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Agradeço a Vossa Excelência. O Paraná talvez tenha a sequência. Mas esquece Vossa Excelência de um grande Governador que nós tivemos, na nossa Arena, que foi Jayme Canet Júnior. Então queria que Vossa Excelência, quando falasse nos 20 anos do Paraná, não deixasse de lembrar o resto, para que nós fizéssemos a defesa de Ney Braga, do Flagelo, de Novaes, e de outros. Mas, Canet, por favor, foi o melhor Governador que o Paraná teve. Vossa Excelência não pode fazer um paralelo entre Canet e José Richa. Vossa Excelência não sei, se hoje está meio esquecido, que nós tivemos no Paraná, sequência, para honra nossa, Deputado Ervin Bonkoski, um grande Governador, que há de merecer a admiração de Vossa Excelência e a nossa. A defesa dos nossos, nós fazemos; mas, por egntileza, a defesa dos seus, mesmo que não seja feita, mas por favor, não peque ao ofender um homem como Jayme Canet, que foi a Bandeira do Paraná. Um Paraná que elegeu José Richa; um Governador como Jayme Canet, que eu, embora noutra trincheira, muitas vezes digo a verdade e Vossa Excelência sabe que a verdade é esta, foi um dos melhores governadores, que Ney Braga indicou para o Parnaá.

Muito obrigado, Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Eu ouvi atentamente o seu pronunciamento. E nós não entendemos, que Vossa Excelência, Deputado, estava assim caracterizando contra a administração de Jayme Canet Júnior. E quanto ao aparte do Deputado Gabriel Manoel, nós gostaríamos de dizer que, durante um período de 6 anos, nós legislamos em Cianorte, na atuação de Vereador. E que se encontra

nos Anais daquele Poder Legislativo Cianortense, as atas onde figurávamos como Líder da Bancada do MDB, e Presidente do PMDB então, nos manifestávamos pela grande atuação do ex-Governador Jayme Canet. Acho que talvez haja um mal entendimento por parte do Deputado Gabriel Manoel ao seu pronunciamento.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Só gostaria de lembrar que o mesmo não sucede com os Anais da Assembléia Legislativa, onde as candentes críticas do PMDB estão aí, registradas para a história ao Governo do Sr. Jayme Canet. Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Permite-me um aparte? (Assentimento) — Realmente, deve ter ocorrido algum movimento do MDB de então, contra o Sr. Jayme Canet, então Governador do Estado do Paraná. Isto, na Assembléia Legislativa, é possível, eu não sei, eu não estava aqui, mas disse o Deputado Ailton Cordeiro, que estava, mas a bem da verdade, Jayme Canet Júnior amadureceu muito, tanto amadureceu que foi um dos Líderes da grande vitória do PMDB nas últimas eleições. Realmente, até o último governo, não há como se comparar neste Estado, governadores, não dá para o Sr. falar em nome de Governador, até o último governo e falar em Jayme Canet e comparar, não dá, não há termos de comparação. Acredito que vai haver termo de comparação, quando se falar em Canet, em José Richa, acredito que eles vão se equiparar, mas até aí, Excelência, não dá para fazer comparação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Apenas para dizer que os Deputados que hoje fazem parte, tem muitos que eram da Arena também e amadureceram porque errar é humano e perdoar é divino. Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Gostaria de finalizar e dizer ao nobre Deputado, que com referência a Jayme Canet evidentemente o Deputado ressaltou no seu aparte, que a Assembléia Legislativa no passado não fez isso, como figurou nos Anais da Câmara Municipal de Cianorte.

Mas, queremos ressaltar o seguinte ponto de vista, se nós não fizemos, nós entendíamos o seu posicionamento como Governador do Estado e que, na verdade, existem as maneiras e os pensamentos divergentes, que jamais podem ser censurados, porque acho que o pensamento de um parlamentar, é o pensamento dele no seu pronunciamento, nas suas atitudes, mas com relação a Jayme Canet, que hoje está pertencendo ao PMDB, é porque na verdade, se havia algumas arestas de algum entendimento, as vezes um pensamento, Canet reconheceu que, realmente, o caminho seria o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para defender todos os interesses paranaenses e brasileiros, porque houve na verdade o amadurecimento político e a compreensão política, para defender a situação que esse País atravessa hoje e principalmente, nas condições que o Governador José Richa pegou o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se`a

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 110/82, que tem o propósito de adaptar a Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda n.º 22, de 29 de junho de 1982, à Carta Magna da Nação. — Aprovado.

# REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N.º 110/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — São alterados e acrescentados à Constituição Estadual os seguintes dispositivos:

“Art. 11 — Não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro do Estado, Governador do Distrito Federal, Governador do Território, Secretário de Estado e Prefeito da Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte (120) dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — .....

§ 2.º — .....

§ 3.º — O Deputado afastado da Assembléia Legislativa para desempenhar função mencionada neste artigo e no § 2.º do artigo 108, poderá optar pela percepção integral de sua remuneração ou pela retribuição do cargo em comissão.

.....

Art. 12 — Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de crime contra a honra.

§ 1.º — Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os Deputados não poderão ser presos, salvo flagrante de crime inafiançável.

§ 2.º — No caso de flagrante inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito (48) horas, à Assembléia Legislativa, para que resolva sobre a prisão.

§ 3.º — Nos crimes comuns, imputáveis a Deputados, a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo.

§ 4.º — Nos crimes comuns, os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 5.º — As prerrogativas processuais dos Deputados arrolados como testemunhas não subsistirão, se deixarem de atender, sem justa causa, no prazo de trinta (30) dias, ao convite judicial.

§ 6.º — A incorporação, às Forças Armadas, de Deputados, ainda que militares, mesmo em tempo de guerra, dependerá de licença da Assembléia Legislativa.

.....

Art. 14 — A Assembléia Legislativa compõe-se de Deputados eleitos pelo povo mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional, na forma que a lei estabelecer.

.....

Art. 15 — .....

§ 1.º — .....

b) pelo Governador, quando este a entender necessária;

c) por dois terços da Assembléia Legislativa.

.....

Art. 16 — .....

Parágrafo único. Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

I — .....

II — .....

III — não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, religião ou classe, configurarem crimes contra

a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza;

IV — a Mesa encaminhará, por intermédio do Governador pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa;

V — não será criada comissão parlamentar de inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa;

VI — não será de qualquer modo subvencionada viagem de Deputado ao Exterior, salvo no desempenho de missão temporária da Assembléia Legislativa;

VII — será de dois anos o mandato para membro da Mesa, vedada a reeleição.

.....  
Art. 22 -- .....

.....  
XIII -- credenciar seis delegados ao Colégio Eleitoral para a eleição de Presidente da República, indicados pela bancada do respectivo partido majoritário, dentre os seus membros.

.....  
Art. 24 -- .....

.....  
§ 2.º — A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

.....  
Art. 25 — .....

.....  
§ 5.º — Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, cada projeto será incluído automaticamente na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, nas dez sessões subseqüentes em dias sucessivos; se, ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado.

.....  
Art. 106 — .....

§ 1.º — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

.....  
Art. 107 — O número de Vereadores, sempre ímpar, será

fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 nem superior a vinte e um, os Municípios com mais de hum milhão de habitantes, terão trinta e três Vereadores.

.....  
Art. 108 — Serão nomeados pelo Governador, com pré-

via aprovação:  
I — da Assembléia Legislativa, os Prefeitos da Capital e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais, mediante lei;

II — do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse para a segurança nacional por lei federal.

§ 1.º — a criação de estância hidromineral não prejudicará o mandato do Prefeito anteriormente eleito.

§ 2.º — Não perde o mandato o Deputado que, em virtude do disposto neste artigo, foi nomeado para o cargo de Prefeito.

Art. 158 — os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982, terminarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 2.º — Ficam suprimidos o inciso XVI do artigo 22 e o parágrafo único do artigo 62, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 68/83, que altera a redação do número 3 do parágrafo único do artigo 26 e artigos 57 e 58, de 29 de junho de 1982, à Carta Magna da Nação. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DA PROPOSIÇÃO N.º 68/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo único — O n.º 3 do parágrafo único do art. 26 e os artigos 57 e 58 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26 — ... ..

Parágrafo único — ... ..

3 — A Lei Orgânica do Ministério Público;

.....”

“Art. 57 — O Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, e será organizado em carreira, de acordo com Lei Orgânica, observados os seguintes princípios:

I — ingresso no cargo inicial mediante concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, composta de membros indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público, com a participação de representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

II — garantias de irredutibilidade de vencimentos, de inamovibilidade, ressalvado o disposto no inciso seguinte, e de estabilidade, dependendo a demissão, após dois anos de exercício, de sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada ampla defesa;

III — remoção compulsória para igual entrância, somente com fundamento em conveniência do serviço, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público e assegurada ampla defesa;

IV — promoção de entrância para entrância, segundo os critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, observando-se os mesmos critérios para promoção à segunda instância;

V — o membro do Ministério Público que houver figurado em lista anterior de promoção por merecimento só poderá ser excluído da seguinte se em votação preliminar o Conselho Superior do Ministério Público assim o decidir pela maioria absoluta de seus membros;

VI — promoção compulsória quando o membro do Ministério Público figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

VII — os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e gozam de independência no exercício de suas funções;

VIII — os membros do Ministério Público serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e no de responsabilidade, salvo as exceções de ordem constitucional;

IX — proibição do exercício da advocacia;

X — prestação de assistência judiciária aos necessitados, onde não houver órgãos próprios;

XI — revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os da Magistratura;

XII — proventos de aposentadoria e pensão por morte, devida aos dependentes de membro do Ministério Público, reajustados sempre que se verificarem os aumentos de vencimentos concedidos aos membros do Ministério Público em atividade;

XIII — aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade, ou por invalidez comprovada, e voluntária aos trinta anos de serviço, sempre com vencimentos integrais;

XIV — autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria;

XV — serviço administrativo com quadro próprio e cargos e remuneração que atendam às peculiaridades do Ministério Público.”

“Art. 58 — A administração superior do Ministério Público competirá, na forma da lei, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Colégio de Procuradores de Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público.

§ 1º — O Procurador-Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado em comissão, pelo Governador do Estado, dentre os Procuradores de Justiça.

§ 2º — Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador-Geral de Justiça concorrer à vaga de que trata o art. 96.

§ 3º — O Colégio de Procuradores de Justiça compor-se-á de todos os Procuradores de Justiça, definindo a Lei Orgânica do Ministério Público sua atribuição e competência.

§ 4º — Excedendo de quarenta e número de Procuradores de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, funcionará com Órgão Especial, cujo número de componentes a lei fixará. Metade do Órgão Especial será integrado pelos Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e a outra metade será eleita pelos demais Procuradores”.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 48/83, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Santa Terezinha do Itaipu, com interveniência da SUDESUL e objetivos que especificam. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/83, que declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA, com sede no referido Município. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 23, de 05/04/83).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 22/83, que altera dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto do Funcionalismo Público Estadual). — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 22/83

Art. 1.º — O § 3.º do Art. 140 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3.º — Se, nas condições do Inciso III deste artigo, o cargo em comissão não se conformar à simbologia estabelecida para os cargos do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do cargo de maior símbolo. A opção acima facultada abrange os ocupantes de cargos diretivos de órgãos da administração indireta do Estado, especificamente nas Fundações, Autarquias, empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, bem como as empresas que compõem seu conglomerado e, nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de mandato eletivo de representação do Estado, no total de sua remuneração e vantagens”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei Complementar n.º 22/83, que altera dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, (ESTATUTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL). — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 84/83, que

aumenta em 35 por cento, a partir de 1.º de julho de 1983, os vencimentos do Estado, conforme específica. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/83, que acresce de inciso que especifica, o artigo 39 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES). — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/83, que acresce de inciso que especifica, o artigo 39 do Regimento Interno. (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS). — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, com apoioamento do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Jacinto Correa, ocorrido no dia 28 do corrente, no Município de Londrina. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às telefonistas paranaenses, pela passagem da data comemorativa desta categoria profissional, no dia 29 do corrente. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ariovaldo Lustosa, ocorrido no dia 24 do corrente, figura de destaque da sociedade do Município de Clevelândia. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João André Clele, ex-servidor deste Poder Legislativo, ocorrido nesta Capital. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a estadualização das Escolas de 1.º Grau, Joaquim Nabuco, localizada no Distrito de Dom Armando, Olavo Bilac, localizada no Distrito de Portão Ocoy e a Escola de 2.º Grau, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC, localizada na sede, no Município de Missal. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a construção e instalação de um posto de saúde no Distrito de Entre Rios, Município de Marechal Cândido Rondon. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações para que, através do ITC, informe como vem se processando o controle, através de seus fiscais, da pesca e caça no Município de Matinhos. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a

discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o asfaltamento das rodovias que ligam os Municípios de Itambé a Marialva e Itambé a Mandaguari. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando o reestudo e fixando novos critérios para cálculo do índice de participação, dos Municípios instalados neste exercício, para o ano de 1984.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde no Distrito de Porto Mendes, Município de Marechal Cândido Rondon.— Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo providências no reparo da Escola Gabriel de Lara, no Município de Matinhos. — Em discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Diretores do jornal “O Diário do Norte do Paraná”, pela passagem do aniversário daquele órgão de imprensa.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando no sentido de que o Poder Executivo, através da subchefia de Comunicação Social, promova intensa campanha, através de out-doors espalhados pelas principais cidades do Estado, a favor de eleições diretas para Presidente da República.— Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando voto de louvor à patriótica iniciativa do Deputado Federal José de Alencar Furtado de propor a constituição da Frente Nacionalista.— Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Pela ordem.

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Magnífico Reitor da Universidade Católica do Paraná, manifestando a preocupação dos Deputados que compõem esta Casa de Leis com as recentes medidas tomadas pela Administração daquela instituição, em especial a Resolução 01/83, que legitima a violação dos mais elementares direitos de manifestação, expressão e organização dos acadêmicos daquela Universidade. Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Sr. Aldo Lúcio Bertoldi, pela sua eleição como Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e Acessórios para Veículos no Estado do Paraná.— APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o Sr. Douglas Horn Borcath pela sua eleição como Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado do Paraná.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem, em data de hoje, do Dia da Telefonista.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes no Município de São Jorge do Patrocínio.— Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) —

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inclusão do Município de Tuneiras do Oeste entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes.— Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de



expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a inclusão do Município de Guaraqueçaba entre os que receberão recursos para cobrir prejuízos causados pelas chuvas e enchentes.— APROVADO.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando pedido de informações ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudo de viabilidade técnica e econômica do trecho da estrada Umuarama-Herculândia, via Serra dos Dourado-Ivaté, devendo ainda aquela Secretaria se pronunciar, se essa importante estrada consta no programa de obras rodoviárias do atual Governo.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy

Silvério, constante do expediente, lido da tribuna, solicitando envio de pronunciamento, e apartes recebidos, aos Srs. Membros das Bancadas do Paraná na Câmara Federal e no Senado, para que somem sua voz às reivindicações referentes ao transporte coletivo bem como idênticos expedientes aos Srs. Presidente da República, Ministro Titular da Secretaria dos Transportes, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo e ao Presidente da Petrobrás.— APROVADO.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

redação final — do Projeto de Lei Complementar nº 40/83 dos Projetos de Lei nºs 149/82 e 18, 41 e 55/83. dos Projetos de Resolução nºs 03, 05, 33 e 60/83.

Levanta-se a sessão.

